Prestação Anual de Contas e Demonstrações Contábeis - 2020

Índice

Relatório da Administração - Societário	05
Balanço Patrimonial - Societário	29
Demonstração do Resultado do Exercício - Societário	33
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Societário	38
Demonstração do Fluxo de Caixa - Societário	42
Notas Explicativas - Societário	45
Parecer do Conselho Fiscal - Societário	94
Parecer dos Auditores Independentes - Societário	96
Relatório da Administração - Regulatório	100
Balanço Patrimonial - Regulatório	123
Demonstração do Resultado do Exercício - Regulatório	127
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Regulatório	133
Demonstração do Fluxo de Caixa - Regulatório	136
Notas Explicativas - Regulatório	139
Parecer do Conselho Fiscal - Regulatório	197
Parecer dos Auditores Independentes - Regulatório	199

Relatório da Administração

Societário

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda – CERCI para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Estamos sempre em busca de superações e de melhorias, por isso estamos fazendo investimentos, tendo como objetivo, prestar os melhores serviços a todos os cooperados e consumidores que utilizam nossa energia.

Conselho de Administração

Carta do Presidente

Eu Inicio minhas palavras agradecendo, primeiramente, a DEUS, por mais uma oportunidade de participar desse evento tão importante e marcante para nossa Cooperativa. Agradeço também às equipes de todos os departamentos, pelo empenho e dedicação a esse projeto com tamanha capacidade e consideração.

A CERCI (Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras - Itaboraí LTDA) foi fundada em 13 de abril de 1969, graças a uma reunião dos citricultores da região de Ipitangas - município de Itaboraí - RJ – onde, após várias horas de debates, decidiu-se fazer uma pesquisa nas casas vizinhas para saber quantas pessoas demonstrariam real interesse, para então dar início à fundação da Cooperativa. Passados mais de 52 anos, mesmo diante de muitos desafios, crescemos, o que nos leva a pensar que, com trabalho, empenho e foco em oferecer sempre o melhor serviço para nossos clientes e cooperados, continuaremos a avançar.

Agradeço também aos nossos companheiros do Conselho Administrativo e Fiscal, que são extremamente importantes na missão de auxiliar (o que fazem com grande competência) na condução da empresa, dedicando-se muito nesse dificílimo momento econômico que estamos vivendo, com suas atitudes conscientes, responsáveis e coerentes.

Em homenagem e agradecimentos aos nossos colaboradores, cito o autor e político norte americano Theodore Roosevelt "***De longe, o maior prêmio que a vida oferece é a chance de trabalhar muito e se dedicar a algo que valha a pena"***. Não poderia deixar de relacionar esta afirmativa a nossa equipe de colaboradores que vêm desenvolvendo um excelente trabalho com diligência, aplicação se dedicando ao progresso da CERCI, nossos prestadores de serviço, fornecedores e demais parceiros vão o nosso muito obrigado.

Helon Alves Marins - Presidente

Carta do Contador

Na qualidade de Contadora responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda - CERCI, viemos comunicar aos Senhores Associados e Consumidores a finalização do exercício do ano de 2020.

Com muita clareza, buscando a qualidade que a nossa Cooperativa merece, empenhando pela transparência e legalidade que viemos lhes apresentar nossos diversos relatórios, ressaltando que atendemos os preceitos da legislação comercial brasileira e a legislação específica do Setor de Energia Elétrica, observando plenamente os princípios fundamentais de contabilidade, assim contribuindo para o equilíbrio econômico e financeiro da nossa Cooperativa.

Com o compromisso de cumprir as questões regulatórias impostas pelo Órgão Regulador – ANEEL, e atentos às datas de envio dos arquivos mensais, trimestrais ou anual, quais sejam, BMP – Balancete Mensal Padronizado, RIT – Relatório de Informações Trimestrais e PAC – Prestação Anual de Contas, ressaltamos que todos esses relatórios foram enviados e pré analisados pelo órgão regulador.

O ano de 2020 foi desafiador. A pandemia do Covid 19 mexeu com os sentimentos de todos nós. Medos, incertezas e distâncias. Tivemos que nos adaptar ao desconhecido, buscar formas de proteção e, ao mesmo tempo, continuar cumprindo nossa missão na defesa e interesses de nossa Cooperativa, orientando na busca de caminhos e decisões que nos levassem ao crescimento financeiro, econômico, contábil e estrutural.

E finalmente somos gratos a Deus, à nossa Diretoria, aos nossos Gerentes, à nossa equipe Contábil, aos nossos Consultores e Auditores, e a todos os colaboradores que têm feito a cada dia essa Cooperativa galgar um degrau a mais nessa sua vitoriosa caminhada.

JEANNE CORRÊA DE PAULO SANTOS

CONTADORA - CRC/RJ: 100069/O-9

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí – CERCI foi fundada em 13 de abril de 1969 com o intuito de distribuir energia elétrica nas áreas rurais.

As ações empreendidas a partir da data de sua fundação até a presente, não pararam e, hoje, a CERCI atende com energia elétrica as localidades dos Municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim, abastecendo residências, comércios, indústrias, entre outros.

Distribuição

A CERCI distribui energia elétrica nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim e Saquarema. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de Consumidores

Em 2020, foram realizadas, 664 novas ligações, sendo 612 consumidores residenciais, 43 comerciais, 6 rurais e 3 Poderes Públicos, totalizando 16.705 consumidores atendidos pela Permissionária, número 4,14% superior ao de 2019.

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	13.517	14.118	14.421	14.695	15.307
Comercial	534	552	601	617	660
Industrial	30	34	32	29	29
Rural	714	572	587	595	601
Poderes Públicos	98	104	99	93	96
Iluminação pública	5	5	5	5	5
Serviço Público	-	-	8	7	7
Total	14.898	15.385	15.753	16.041	16.705
Variação	0,03%	3,27%	2,39%	1,83%	4,14%

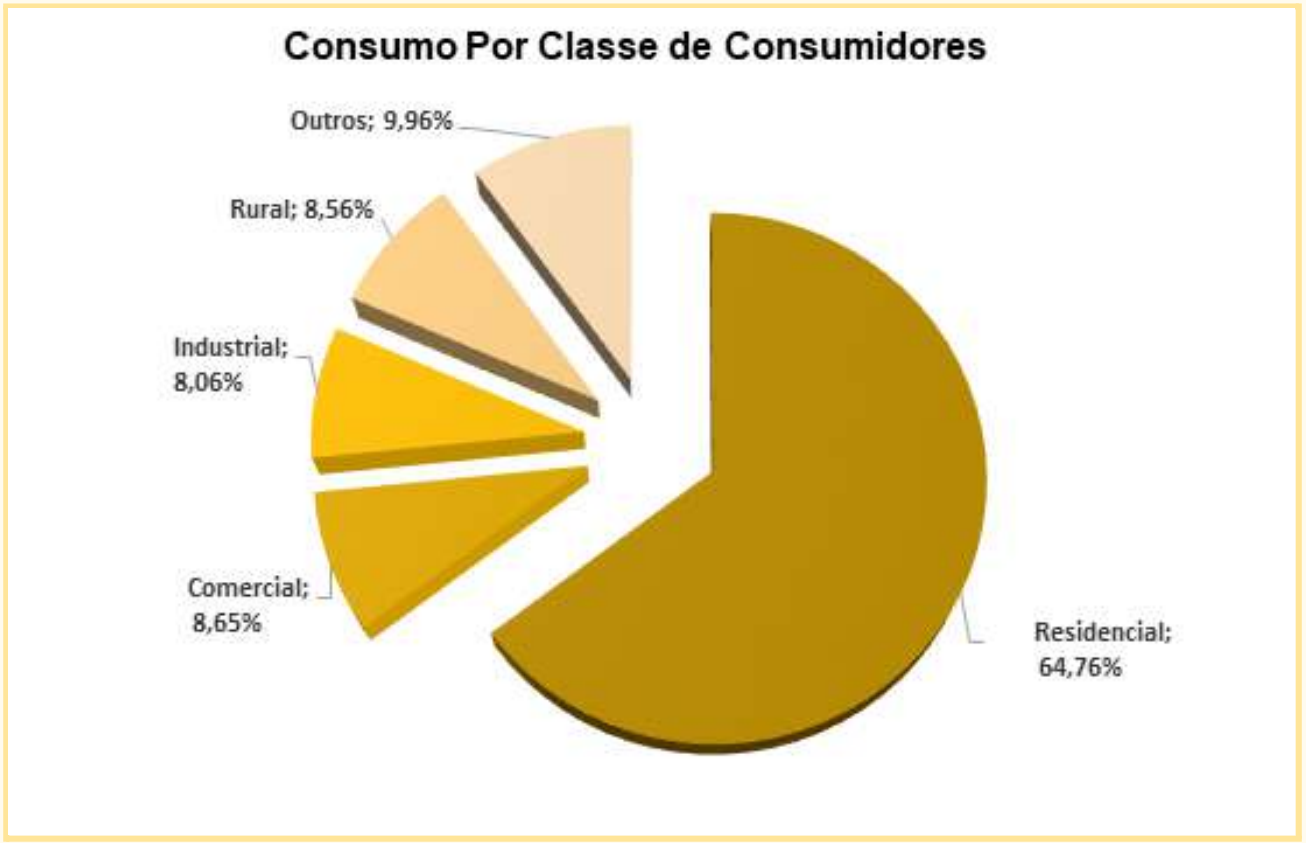
Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2020 foi de 44,16 GWh (42,15 GWh em 2019).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e o residencial. A classe comercial representa uma fatia de 8,65% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 17,90% em relação ao ano de 2019. A classe residencial representa 64,76% do segmento de mercado e apresentou um crescimento na ordem de 4,88% em relação ao ano de 2019.

Segue abaixo tabela com a evolução do mercado nos últimos 5 anos e gráfico com a representatividade do consumo por classe de consumidores.

Mercado Atendido - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
Energia Faturada	39.72	39.87	39.92	42.15	44.16
Fornecimento	39.72	39.87	39.92	42.15	44.16
Residencial	25.32	25.66	25.60	27.27	28.60
Comercial	3.72	3.60	3.40	3.24	3.82
Industrial	2.75	3.10	3.30	3.72	3.56
Rural	4.70	4.24	3.64	3.84	3.78
Poderes Públicos	1.03	0.56	0.98	0.99	0.74
Iluminação Pública	2.19	2.72	2.76	2.85	3.40
Serviço Público	-	-	0.23	0.24	0.26
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	39.72	39.87	39.92	42.15	44.16
Variação	-2.69%	0.38%	0.12%	5.59%	4.77%


Consumo Por Classe de Consumidores
Outros; 9,96%
Rural; 8,56%
Industrial; 8,06%
Comercial; 8,65%
Residencial; 64,76%

Balanço Energético

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução positiva de 7,30% em 2019 para 2020. Esta melhora está relacionada ao trabalho feito com a melhora nos controles internos, um acompanhamento em campo da rede de distribuição e melhor utilização dos equipamentos.

Energia Requerida - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
Venda de Energia	39,72	39,87	39,92	42,15	44,16
Fornecimento	39,72	39,87	39,92	42,15	44,16
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres /Dist./ Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	**39,72**	**39,87**	**39,92**	**39,92**	**39,92**
Perdas na Rede Básica	-				
Perdas na Distribuição	11,16	9,53	13,80	8,95	3,43
Perdas Técnicas	5,08	6,86	7,40	7,07	6,55
Perdas não Técnicas - PNT	6,08	2,67	6,39	1,87	(3,12)
PNT / Energia Requerida %	11,94%	5,40%	12,00%	3,68%	-6,61%
Perdas Totais - PT	**11,16**	**9,53**	**13,80**	**8,95**	**3,43**
PT / Energia Requerida %	**21,9%**	**19,3%**	**25,9%**	**17,6%**	**7,3%**
Total	**50,88**	**49,40**	**53,30**	**50,93**	**47,14**

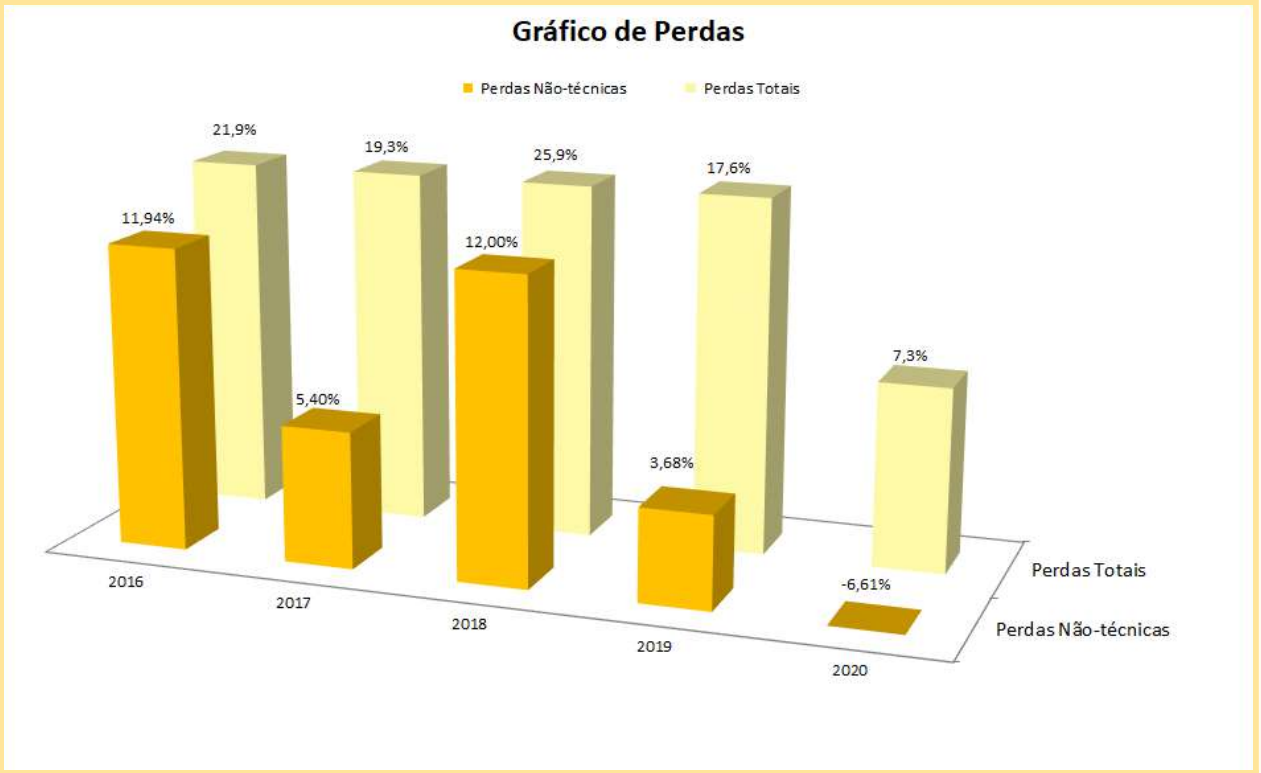


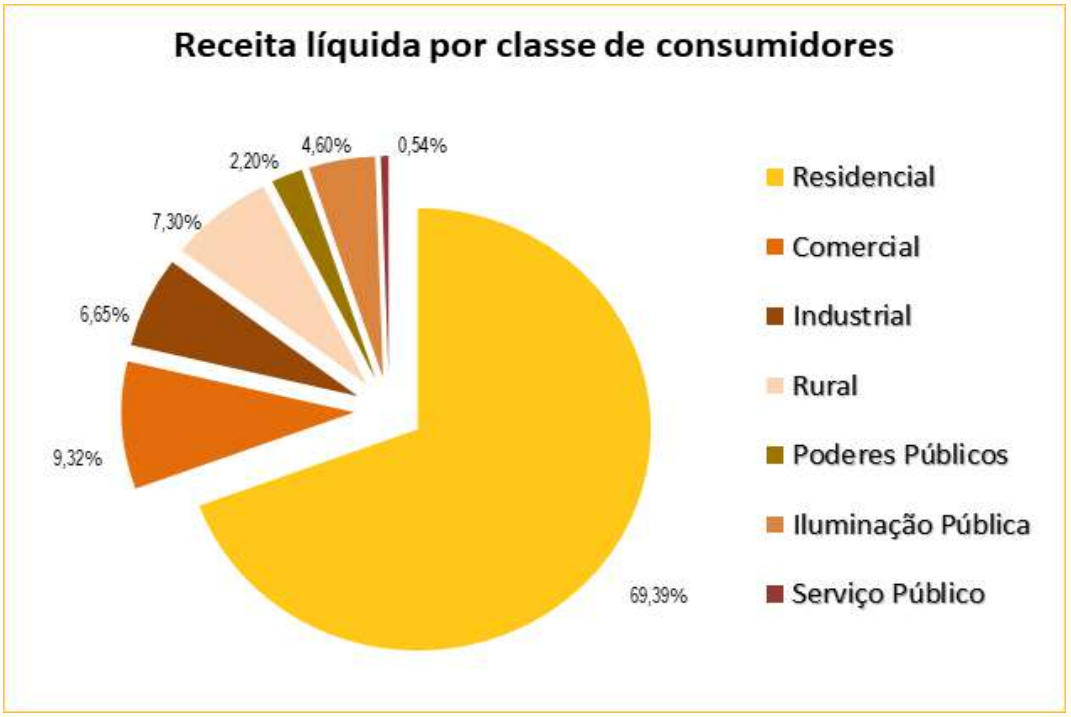
Gráfico de Perdas
Perdas Não-técnicas
Perdas Totais
11,94%
21,9%
5,40%
19,3%
12,00%
25,9%
3,68%
17,6%
-6,61%
7,3%
2016
2017
2018
2019
2020
Perdas Totais
Perdas Não-técnicas

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R$/MIL 38.125,80 conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R$ Mil

Classe	2020	2019	%
Residencial	26.455,44	23.415,42	12,98%
Comercial	3.552,42	3.172,36	11,98%
Industrial	2.536,59	2.200,93	15,25%
Rural	2.782,64	2.434,09	14,32%
Outros	**2.798,71**	**2.452,61**	**20,23%**
Poderes Públicos	838,33	917,59	-8,64%
Iluminação Pública	1.754,17	1.361,26	28,86%
Serviço Público	206,21	173,76	0,00%
Total	**38.125,80**	**33.675,41**	**13,22%**



Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2020, apresentou um crescimento de 4,14% se comparado ao mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2020	2019	Var %
Residencial	15.307	14.695	4,16%
Comercial	660	617	6,97%
Industrial	29	29	0,00%
Rural	601	595	1,01%
Outros	**108**	**105**	**2,86%**
Poderes Públicos	96	93	3,23%
Iluminação Pública	5	5	0,00%
Serviço Público	7	7	0,00%
Total	**16.705**	**16.041**	**4,14%**

A CERCI não distribuiu energia de forma direta no exercício 2020, caracterizando seu mercado 100% de Consumidores Cativos.

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2020, atingiu R$/MIL 935,16 /MWh, representando um aumento de 4,76% com relação a dezembro de 2019.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R$/MW/h
Residencial	979,23
Comercial	979,23
Industrial	979,23
Rural	802,97

Tarifa Por faixa de Consumo Residencial Baixa Renda	01 -30 KWh	31-100 KWh	101 - 220 KWh	acima de 220 KWh
Tarifas Brutas	0,319310	0,547380	0,822070	0,912300

Qualidade do Fornecimento

Iniciamos no ano 2018 o processo de apuração dos indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). Os mesmos começaram a ser enviados a partir do exercício de 2019, conforme prazo concedido pela ANEEL.

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2016	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00
2018	56,88	27,24	3,001
2019	66,75	27,76	2,666
2020	39,79	21,09	2,548

Atendimento ao Consumidor

A CERCI possui 04 escritórios, sendo um em Papucaia, um em Rio Bonito, um em Maraporã com atendimento de 8 horas/diárias no horário comercial e um outro em Sambaetiba com atendimento de 4 horas/diárias.

Universalização

A CERCI já participou do Programa Luz para Todos no ano de 2010. Atualmente, em virtude de sua regulamentação, faz o levantamento da área a ser universalizada, bem como da possível participação em mais uma etapa do Programa Governamental denominado “Luz para Todos”.

Tecnologia da Informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

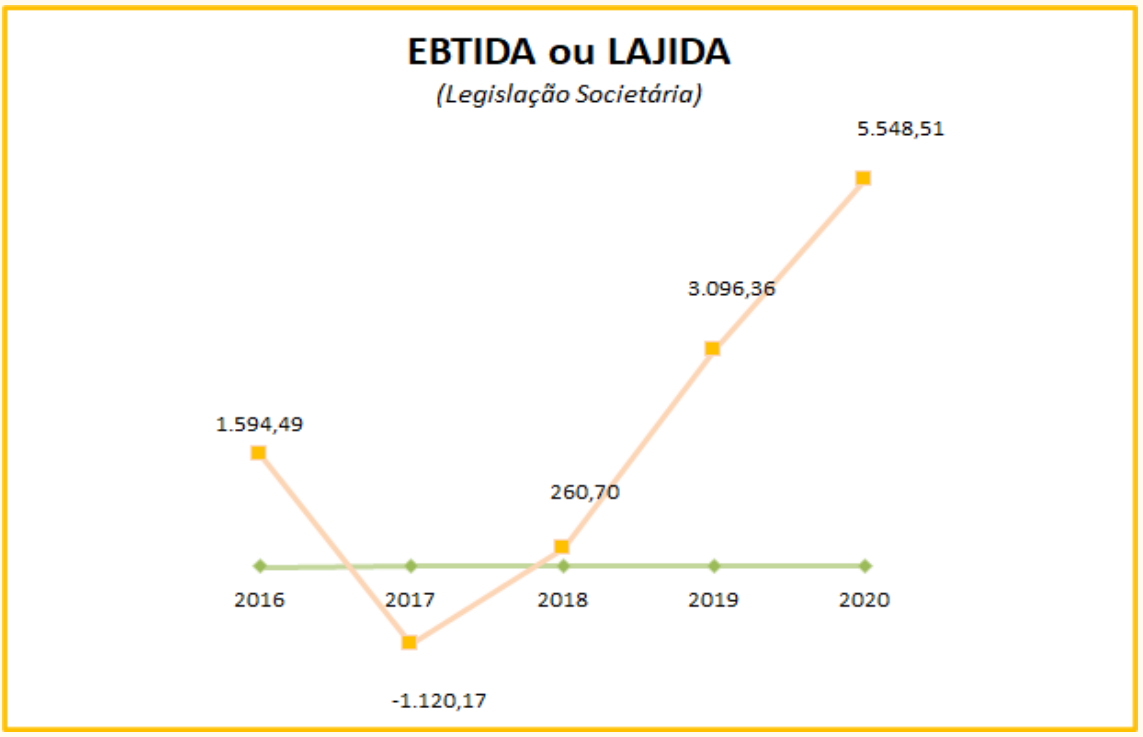
Foram comprados durante o ano de 2020, novos computadores, aumento da velocidade do link de internet, upgrade nos servidores da empresa, troca de todo cabeamento de rede estruturada na sede da empresa, incluindo rede de dados, telefonia e câmeras, melhoria na passagem do cabeamento estruturado na área externa da empresa, disponibilização de uma nova sala rede para acomodação adequada da infraestrutura cabeada e outros equipamentos, compra de duas novas racks de rede para acomodação adequada dos equipamentos de rede, telefonia e câmeras, compra de novos switches de rede, troca e substituição de diversas câmeras e DVRs com alta qualidade de imagem, melhora no processo de backup com inserção de storage e backup na nuvem, aquisição de 03 rádios Portátil e 01 rádio Móvel, instalação de antena repetidora na comunidade do Estreito.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2020, as sobras societárias foram de R$/MIL 4.412,17 contra uma sobra societária de R$/MIL 2.025,53 em 2019, o que representa uma variação positiva 117,83%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Regulatória, a Contabilidade Societária e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor Fiscal:

Resultado Societário: R$/MIL 4.412,17
Resultado Regulatório: R$/MIL 2.517,65
Resultado Fiscal (Ato não Cooperado): R$/MIL 114,35, base para o cálculo do IRPJ e CSLL.

A receita operacional líquida societária atingiu R$/MIL 42.319,81 enquanto em 2019 situou-se em R$/MIL 39.065,12. As despesas operacionais totalizaram em 2019 R$/MIL 38.704,99, 2,55% superior ao ano de 2019. As rentabilidades sobre o Patrimônio Líquido do exercício foi de 14,04% contra 7,48% em 2019.
O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R$/MIL 5.548,51, superior em 79,19 % a 2019, que foi de R$/MIL 3.096,36 conforme quadro abaixo:



Investimentos

No exercício de 2019 e 2020 a CERCI não realizou o envio do PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Devido a um comunicado em resposta a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD, estamos isentos do envio das informações do PDD também em 2021, na qual justificamos o não preenchimento dos quadros demonstrativos.

Em 2020, os investimentos da Companhia, importaram em R $2.973,91 mil, 0,54% superiores em relação a 2019 que foi de R $2.958,04 mil realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

Valor Adicionado

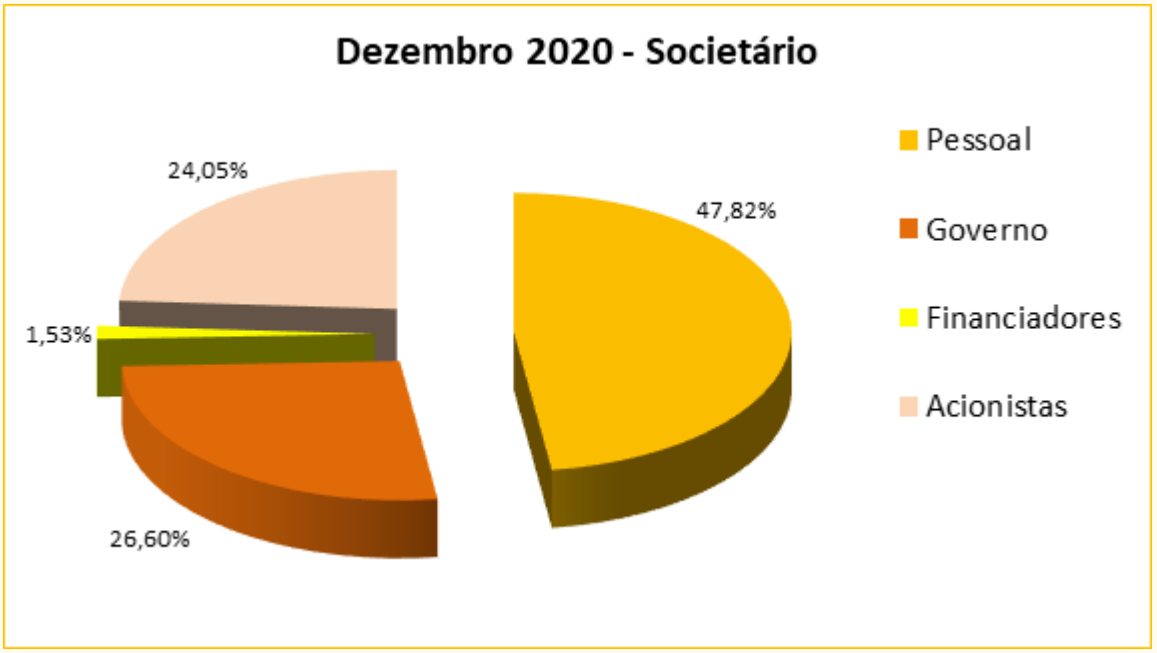
Em 2020, o Valor Adicionado líquido gerado como riqueza pela Cooperativa foi de R$/MIL 17.667,89, representando 39,39% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

CERCI - Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda.
CNPJ no 27.707.397/0001-02
Demonstração do Valor Adicionado DVA - Encerrado em 31 de Dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2020	2019
Receitas	44.867,15	41.455,00
Venda de energia e serviços	44.854,72	41.649,67
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-222,80	-548,17
Resultado não operacional	235,23	353,50
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-26.176,01	-24.845,48
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-2.292,88	-3.118,51
Material e serviços de terceiros	-23.883,13	-21.726,97
(=) Valor adicionado bruto	18.691,14	16.609,52
(-) Quotas de reintegração	-1.023,25	-918,54
(=) Valor adicionado líquido	17.667,89	15.690,98
(+) Valor adicionado transferido	562,12	502,89
Receitas (Despesas) financeiras	562,12	502,89
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	18.230,01	16.193,87

Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	8.716,68	8.974,71
Remunerações	6.807,18	6.931,98
Encargos sociais (exceto INSS)	592,82	579,92
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	722,37	0,00
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	1.325,98	2.028,71
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	-731,67	-565,90
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	4.849,05	4.789,72
INSS (sobre folha de pagamento)	2.286,68	2.186,37
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	27,44	18,80
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	2.534,93	2.584,55
Financiadores	279,56	422,72
Juros e variações cambiais	0,00	154,82
Aluguéis	279,56	267,90
Acionistas	4.384,72	2.006,72
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00

Lucros retidos	**4.384,72**	**2.006,72**
Valor adicionado (médio) por empregado	**116,11**	**108,68**



Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa, tem como objetivo a aplicação de todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores, mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Cooperativa, com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social, constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 15% para a RATES e de 15% para Reserva de Desenvolvimento. Com relação aos resultados decorrentes de Atos Cooperativos, a Sobra líquida após a constituição das reservas, foi revertida para a Reserva Legal. Quanto ao resultado decorrente de Atos não Cooperativos, os Prejuízos apurados foram absorvidos pelas Reserva Legal, conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Cooperativa era de R $2.189,01 mil, com quota de valor nominal atual de R $5,00.

Gestão

Com muito orgulho, comemoramos nosso Jubileu, nos tornamos uma Permissionária, implantamos o SGQ Sistema de Gestão da Qualidade, que nos ocasionou a certificação da ISO 9001, e hoje, estamos avançando significativamente para atingir a meta da melhor permissionária da região sudeste, apesar de ainda estarmos enfrentando, no País, um grave quadro de pandemia COVID-19.

Planejamento Empresarial

A proposta tem o objetivo de mostrar a importância que deve ser dada à simbiose entre administração e cooperados/consumidores, como ferramenta de gestão responsável no sentido de maximizar a fidelidade pelo desenvolvimento da sociedade cooperativa, fazendo entender que o objetivo da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de distribuição de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelha com fidelidade a sua cadeia de custo. A ênfase dada orienta-se, sobretudo, por aspectos relevantes voltados para o planejamento estratégico.

Planejamento Estratégico

Missão

Distribuir energia elétrica com qualidade, segurança, transparência nas ações e excelência em serviços. Promovendo o cooperativismo e contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais e urbanas.

Visão

Vir a ser reconhecida até 2021 na região sudeste, como a cooperativa referência na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

Valores

Comprometimento, Excelência, Responsabilidade socioambiental, Consciência cooperativista e Isonomia (tratar com igualdade).

Gestão pela Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade é uma ferramenta que tem o foco voltado para o interesse do cliente, além de buscar a melhoria contínua dos processos. O SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade) consegue controlar e padronizar os processos, medir a eficácia das ações tomadas para atingir a qualidade.

A administração revisou todos os procedimentos dos processos certificados do sistema de Gestão da Qualidade e mantém o acompanhamento do Plano Anual de Treinamento, e Capacitação dos Colaboradores, do envio dos Indicadores de Qualidade, de reclamações procedentes, Coletivos de Continuidade - DEC e FEC, acompanhamento do envio dos Indicadores de Medição de Tensão, bem como auditoria Interna e externa dos processos Certificados (Recertificação ISO 9001).

Recursos Humanos

A CERCI realizou no ano de 2020, 9.934 horas de treinamento de seus colaboradores, que correspondem a uma média de 63h por profissional, investindo R$/MIL 18,12 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, com o objetivo de melhorar a qualidade de seus serviços e atender a requisitos da Certificação ISO 9001 que preconiza a atualização técnica e profissional: Capacitação de Eletricista de Distribuição - 200hs, NR 05 - Formação de Membros CIPA, NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade – Básico, NR 10 - Sistema Elétrico de Potência -SEP, NR 35 - Trabalho em Altura, curso de Excelência no Atendimento, NR-06 Equipamentos de Proteção Individual EPI, Seminário ISO (auditor Interno do Sistema de Gestão da Qualidade), Gestão de Risco, NR-23 Combate a Incêndio, Curso de Eletricista de Rede (Capacitação - Prova de Equivalência), Capacitação dos integrantes do SGQ (Sistema de Gestão de Qualidade)

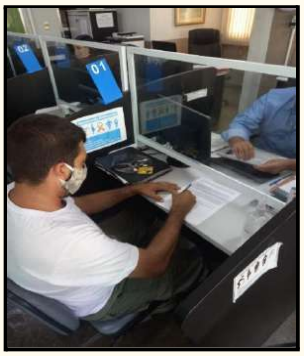
Auxílio Alimentação: R$/MIL 722,37;

Auxílio Médico: R$/MIL 1.109,65; e

Seguro de Vida/Assistência Funeral: R$/MIL 57,70.

Quadro Societário

A administração consolidou ações estratégicas para ajustar e estruturar o controle do quadro societário, de acordo com o modelo cooperativista, capaz de atender claramente a necessidade de Gestão do capital social e aos critérios estabelecidos para o cadastro individual dos cooperados e consumidores, bem como respectivas informações de suas unidades consumidoras, determinados pela Resolução ANEEL 414/2010, Lei federal 5764/71 e o Código civil.



Gestão de Frota

Foram adquiridas 02 caminhonetes Hilux, cabine dupla da marca Toyota, aquisição de Caminhão, com Munck, cesto duplo, carroceria, cabine auxiliar para 04 pessoas, climatizado, com 02 portas. Equipado com guincho de tração para caminhão, aquisição de 01 Escada de fibra perfil “U” 10 metros, com plataforma e baús laterais, para instalação em caminhonete, para agilização e operacionalização dos pequenos serviços.

Melhorias nas Instalações Prediais

Construção de prédio anexo destinado para utilização do arquivo, reforma da cozinha, reparos e manutenção e pinturas na sede. A construção do Prédio anexo e a reforma da cozinha foram realizados com recursos obtidos através da venda de sucatas. Construção da escada de acesso ao auditório passando a ter uma saída de emergência e Sistema especializado contra incêndio e pânico, devidamente certificado pelo Corpo de Bombeiros.

Responsabilidade Social

Buscando a realização de ações sociais, a cooperativa firmou convênio com universidades e com drogarias para atender aos associados e colaboradores. Promoveu Curso Gratuito On-Line de Planejamento Financeiro. Participou de uma parceria para construção de pontes, na zona rural de Cachoeiras de Macacu. Como não foi possível a realização do dia C - Dia de Cooperar (Devido a Pandemia), foi oferecido lembranças para os filhos dos colaboradores, em comemoração ao dia das crianças. Também teve a efetiva participação no programa jovem aprendiz e participou do projeto CARBONO ZERO, no Centro Educacional Ambiental (SOS VIDA SILVESTRE).

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Outorgada em números societários

Outorgada em números	2020	2019	%
Atendimento			
Número de consumidores	16.705	16.041	**4,14%**
Número de empregados	157	150	**4,67%**
Número de consumidores por empregado	106	107	**-0,50%**
Número de localidades atendidas	6	6	**0,00%**
Número de agências	1	1	**0,00%**
Número de postos de atendimento	2	2	**0,00%**
Número de postos de arrecadação	-	-	**0,00%**
Mercado			
Área de Permissão (Km^2)	14.396,01	14.396,01	**0,00%**
Geração própria (GWh)	0	0	**0,00%**
Demanda máxima (MWh/h)	10,77	12,13	**-11,18%**
Distribuição direta (GWh)	44,05	42,17	**0,00%**
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.808,00	1.783,00	**1,40%**

Tarifas médias de fornecimento (R$ por MWh)	935,17	840,94	**11,20%**
Total (exceto curto prazo)	0	0	**0,00%**
Residencial	979,23	894,62	**9,46%**
Comercial	979,23	894,62	**9,46%**
Industrial	979,23	894,62	**9,46%**
Rural	802,97	679,91	**18,10%**
Suprimento	18.638,83	16.941,18	**0,00%**
DEC (horas)	39,79	66,75	**0,00%**
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	25,741	25,741	**0,00%**
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	22,463	22,463	**0,00%**
FEC (número de interrupções)	21,09	27,76	**0,00%**
Número de reclamações por 1.000 consumidores	55,00	56,26	**0,00%**

Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	**0,00%**
Número de subestações	0	0	**0,00%**
Linhas de transmissão (Km)	0	0	**0,00%**
Linhas de distribuição (Km)	1403,89	1376,82	**1,97%**
Capacidade instalada (MW)	51,52	49,93	**3,18%**
Financeiros			
Receita operacional bruta (R$ mil)	43.920,35	39.720,65	**10,57%**
Receita operacional líquida (R$ mil)	41.385,44	37.136,10	**11,44%**
Margem operacional do serviço líquida (%)	6,13%	6,96%	**-11,99%**
EBITDA OU LAJIDA	4.800,79	2.532,42	**89,57%**
Lucro líquido (R$ mil)	2.490,22	77,28	**3122,33%**
Lucro líquido por mil cotas	0,50	0,02	**3122,33%**
Patrimônio líquido (R$ mil)	60.274,91	58.191,09	**3,58%**
Valor patrimonial por cota R$	12.054,98	11.638,22	**3,58%**
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,04	0,00	**3010,93%**

Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,24	0,18	**34,66%**
Em moeda nacional (%)	0,24	0,18	**34,66%**
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	**0,00%**
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	2.308,81	2.256,72	**2,31%**
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	112,61	117,86	**-4,46%**
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	1,10	1,05	**4,89%**
Retorno de ativos por unidade	0,04	-0,01	**500,00%**

Agradecimentos

Ao fim do exercício de 2020, queremos agradecer a Deus, aos membros do Conselho de Administração, e, estender esse agradecimento a todos cooperados, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nosso principal objetivo, que é a distribuição de energia elétrica com qualidade.

Agradecemos também aos membros do Conselho Fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate de questões de maior interesse para a CERCI.

Demonstramos ainda, nosso sincero reconhecimento a dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente aos associados, nossa razão de existirmos, bem como a todos os demais, que contribuíram para o cumprimento da missão desta cooperativa.

Cachoeiras de Macacu, 04 de Abril de 2021

A Administração

HELON ALVES MARINS

Presidente

LAFAIETE AUGUSTO DA COSTA

Secretário

JEANNE CORRÊA DE PAULO SANTOS

CONTADORA

CRC/RJ: 100069/O-9

Balanço Patrimonial

Societário

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

CERCI - Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaborai Ltda.
CNPJ no 27.707.397/0001-02
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos

	Consolidado	
	2020	2019
Ativo Circulante	**19.047,01**	**13.714,71**
Caixa e equivalentes de caixa	3.083,72	867,52
Consumidores	9.070,31	7.545,77
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	2,53
Tributos compensáveis	170,05	134,14
Depósitos judiciais e cauções	36,50	36,50
Almoxarifado operacional	396,27	256,16
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	119,39	80,11
Ativos financeiros setoriais	5.130,50	3.936,19
Despesas pagas antecipadamente	128,36	134,68
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	911,91	721,11
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	**26.680,00**	**23.521,45**
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis		
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	1,32	0,98
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-

Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	712,15	747,93
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	2.077,96	1.898,50
Intangível	23.888,57	20.874,04

Total do ativo	**45.727,01**	**37.236,16**

Passivo

Passivo Circulante	**13.095,52**	**8.985,69**
Fornecedores	2.971,33	2.547,17
Empréstimos, financiamentos e debêntures	833,54	677,52
Obrigações sociais e trabalhistas	719,77	680,00
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	641,60	590,35
Provisão para litígios	199,45	130,50
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	622,55	455,57
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	5.724,74	2.753,84
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	1.382,54	1.150,74
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	**1.394,83**	**1.403,38**
Fornecedores	-	-

Empréstimos, financiamentos e debêntures	86,88	141,04
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	130,87	203,36
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	1.177,08	1.058,98
Total do passivo	**14.490,35**	**10.389,07**
Patrimônio líquido	**31.236,66**	**26.847,09**
Capital social	2.189,01	2.184,17
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	26.468,96	23.481,72
Sobras à disposição da Assembleia	2.578,69	1.181,20
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	**31.236,66**	**26.847,09**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**45.727,01**	**37.236,16**

Demonstração do Resultado do Exercício

Societário

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

CERCI - Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda.

CNPJ no 27.707.397/0001-02

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2020	2019
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	**44.854,72**	**41.649,67**
Fornecimento de energia elétrica	9.426,61	9.198,73
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	28.803,60	25.117,97
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	365,04	112,44
Serviços cobráveis	78,62	109,80
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	5.246,48	5.181,71
Outras receitas	934,37	1.929,02
Tributos	**(52,56)**	**(38,07)**
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(9,36)	(6,78)
Cofins	(43,20)	(31,29)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	**(2.482,37)**	**(2.546,48)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.298,34)	(1.947,31)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(94,32)	(88,74)
Outros encargos	(89,71)	(510,43)

Receita líquida / Ingresso líquido	**42.319,79**	**39.065,12**
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	**(19.760,55)**	**(17.679,24)**
Energia elétrica comprada para revenda	(19.760,55)	(17.679,24)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	**22.559,24**	**21.385,88**
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	**(18.709,20)**	**(19.708,42)**
Pessoal e administradores	(11.768,73)	(11.811,03)
Material	(1.347,34)	(1.353,65)
Serviços de terceiros	(2.775,24)	(2.694,08)
Arrendamento e aluguéis	(279,56)	(267,90)
Seguros	(64,74)	(79,15)
Doações, contribuições e subvenções	(34,52)	(32,66)
Provisões	(254,47)	(484,58)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	85,68	88,53
Tributos	(171,03)	(152,11)
Depreciação e amortização	(1.023,25)	(918,54)
Gastos diversos	(1.311,23)	(2.356,75)
Outras Receitas Operacionais	693,02	722,16

Outras Despesas Operacionais	(457,79)	(368,66)
Resultado da Atividade	**3.850,04**	**1.677,46**
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	**562,12**	**348,07**
Despesas financeiras	(232,19)	(205,12)
Receitas financeiras	794,31	553,19
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	**4.412,16**	**2.025,53**
Despesa com impostos sobre os lucros	**(27,44)**	**(18,80)**
Resultado líquido das operações em continuidade	**4.384,72**	**2.006,73**
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	**2,00**	**0,92**
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	2,00	0,92
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Resultado do exercício

	Consolidado	
	2020	2019
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Societário

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.180,92	-	-	158,15	(37,84)	23.359,56	(665,52)	-	24.995,27
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	3,25	-	-	-	-	-	-	-	3,25
Ajuste de Exercício Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	-		-	-
Reservas de capital	-		-	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	29,38	-	8,67	-	38,05
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	1.968,67	-	1.968,67
Reserva legal	-	-	-	-	46,51	(506,49)	459,98	-	-
FATES	-	-	-	-	(38,05)	333,35	(295,30)	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	(158,15)	-	-	-	-	(158,15)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-		-	295,30	(295,30)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.184,17	-	-	(0,00)	(0,00)	23.481,72	1.181,20	-	26.847,09
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	4,84	-	-	-	-	-	-	-	4,84
Ajuste de Exercício Anteriores	-	-	-	-	-	-		-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	-		-	-
Reservas de lucros	-	-	-		-	-	-	-	-

Realização/Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-		-	-	86,91		-	-	86,91
Destinação proposta à A.G.O.:	-			-	-		4.297,82	-	4.297,82
Reserva legal	-	-	-	-		1.610,98	(1.610,98)	-	-
FATES	-	-	-	-	(86,91)	731,58	(644,67)	-	-
Reservas de capital		-	-	-	-	-	-		-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-		-	644,68	(644,68)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.189,01	-	-	(0,00)	-	26.468,96	2.578,69	-	31.236,66

Demonstração do Fluxo de Caixa

Societário

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

CERCI - Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda.

CNPJ no 27.707.397/0001-02

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)
(Método Direto)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.929,19**	**1.180,43**
Fornecimento de Energia	39.149,16	36.153,88
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	5.077,45	5.067,80
Outros Recebimentos Operacionais	1.159,44	521,54
Fornecedores - Materiais e Serviços	(9.592,63)	(7.110,31)
Fornecedores - Energia Elétrica	(19.557,47)	(17.827,55)
Salários e Encargos Sociais	(5.753,50)	(5.622,40)
Tributos sobre a Receita - Federal	(3.743,55)	(3.580,04)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(82,92)	(158,11)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(31,30)	(16,19)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(2.127,53)	(2.318,73)
Outras Despesas Operacionais	(2.567,96)	(3.929,46)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(748,09)**	**(1.438,93)**
Aquisição de Participações Societárias	24,13	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(775,37)	(1.448,19)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-

Proventos Recebidos	3,15	9,26
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**1.181,10**	**(258,50)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**1.035,10**	**(241,26)**
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.870,26	689,68
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(835,16)	(930,94)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**2.216,20**	**(499,76)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.216,20**	**(499,76)**

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.216,20**	**(499,76)**

No início do exercício	**867,52**	**1.367,28**
No fim do exercício	**3.083,72**	**867,52**

Notas Explicativas

Societário

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa de Eletrificação Rural de Cachoeiras Itaboraí Ltda - CERCI** é uma **SOCIEDADE COOPERATIVA** com objetivo de explorar a Distribuição de Energia Elétrica, atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2. Das Concessões

A CERCI detém permissão válida até o ano 2048, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica nos Municípios nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim, Tanguá e Saquarema, conforme contrato de Permissão Nº 002/2018 assinado em 04/07/2018.

Atualmente, (base Dezembro/2020), possui 16.705 consumidores, Divididos em 3,60% de consumo rural, 91,63% de consumo residencial, 3,95% de consumo comercial, 0,17% de consumo industrial, 0,03% de consumo iluminação pública, 0,05% de consumo serviço público (água, esgoto e saneamento) e 0,57% de poderes públicos.. A Empresa não comercializa energia elétrica junto a nenhum “Consumidor Livre”.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Embora a CERCI seja uma sociedade Cooperativa, as Demonstrações Contábeis e as correspondentes Notas Explicativas estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento às determinações do Órgão Regulador.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4357/2017.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R$ 15.391,51 mil (R$ 13.285,38 em 2019) e para Ativos Financeiros de R$ 216,93 mil (R$ 286,05 mil em 2019).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumpridas todas as condições acima, a CERCI, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2020, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 5.130,50 R$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 5.724,74 R$/MIL

Houve aperfeiçoamento das normas da Contabilidade Regulatória a partir da publicação do Novo MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, que entrou em vigor a partir de 01/01/2015, tendo sua última atualização em junho/2016.

4. Principais Práticas Contábeis

● Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras (Nota 5).

● Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2020, contabilizado com base no regime de competência.

● Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

● Estoque (inclusive Ativo Imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso, pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

- ## Investimentos

A CERCI não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

- ## Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração, adequação dos dados e a conclusão em Fevereiro/2017. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, nosso Ativo Imobilizado será vinculado à Concessão. Todo o Ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica será reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão), quando da assinatura do Contrato de Permissão de Distribuição de Energia Elétrica.

- ## Imposto de Renda Diferido

A CERCI não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2020 ou anterior.

- ## Plano de complementação de aposentadoria e pensão.

A CERCI não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

- ## Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas são reconhecidas pelo Regime de Competência.

● Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

● Estrutura das Demonstrações Contábeis

Com referência às novas implementações na estrutura das Demonstrações Contábeis, em face à harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Como o ICPC **nº** 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011, entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL **nº** 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: **nºs** 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o presente exercício contábil, a SFF/ANEEL se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sítio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota nº 44, abaixo.

Houve aperfeiçoamento das normas da Contabilidade Regulatória a partir da publicação do Novo MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, que entrou em vigor a partir de 01/01/2015, tendo sua última atualização em junho/2016.

5. Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A CERCI possui o montante de R$ 495,83 (Reais/mil) em Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

				LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
Instituição	**Tipo de aplicação**	**Vencimento**	**Remuneração**	**2020**	**2019**
Banco do Brasil S/A	RF CP Automático	N/D	6,51 % a.a	263,02	70,83
Bradesco S/A	N/D	N/D	N/D	17,01	6,1
Banco do Brasil S/A	CDB DI	31/05/2019	17,60 % a.a	0	8,56
Sicoob	N/D)	N/D	N/D	1,32	0,98
CEF	FIC Giro RF Ref DI L	N/D	8,92% a.a	0	1,12
Banco do Brasil S/A	RF LP- 50 mil (LPT)	N/D	8,47 % a.a	8,59	0
Banco Itaú Conta Gar.	N/D	N/D	N/D	122,3	59,4
RDC - Longo CDI Cecremef	N/D	N/D	N/D	31,78	31,31
RF Ref. DI Plus	N/D	N/D	N/D	51,81	51,12
Total				**495,83**	**229,42**

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2020 e 2019, estão assim elencados, a seguir:

Composição das Contas a Receber

					Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	2020	2019	2020	2019
Residencial	2.341,49	968,99	795,74	4.106,22	-799,43	-682,66	3.306,79	2.792,44
Industrial	227,51	11,84	214,08	453,43	-139,09	-118,73	314,34	357,93
Comércio, Serviços e Outras Atividades	338,10	103,51	103,78	545,39	-102,00	-96,65	443,39	371,54
Rural	218,52	52,69	4,15	275,36	-3,63	-2,73	271,73	269,52
Poder Público	77,61	72,75	319,28	469,64	-235,67	-214,58	233,97	168,90
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	77,61	72,75	319,28	469,64	-235,67	-214,58	233,97	168,90
Iluminação Pública	162,03	459,82	769,63	1.391,48	-522,01	-388,18	869,47	630,57
Serviço Público	15,96	0,00	0,00	15,96	0,00	0,00	15,96	14,63
Renda não faturada	1.594,64	0,00	0,00	1.594,64	0,00	0,00	1.594,64	1.373,25

Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	4.975,86	1.669,60	2.206,66	8.852,12	- 1.801,83	- 1.503,53	7.050,29	5.978,78
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.975,86	1.669,60	2.206,66	8.852,12	(1.801,83)	(1.503,53)	7.050,29	5.978,78

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;

2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;

b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;

c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

A Provisão para Devedores Duvidosos em 2020 (R$ 1.801,83/Reais Mil) aumentou 19,84 % em relação ao ano de 2019 (R$ 1.503,53/ Reais Mil).

7. Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2020	**2019**
Em Serviço Societário	2.077,95	1.898,50
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	216,93	286,05
Ativo Intangível da Concessão	15.485,73	13.405,58
Ativo Intangível em Curso	8.402,83	7.468,46
Reavaliação Regulatória Compulsória	29.038,27	31.344,00
Sob Total	**55.221,71**	**54.402,59**
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-1.177,08	-1.058,98
Subtotal	**-1.177,08**	**-1.058,98**
Total	**54.044,63**	**53.343,61**

Ativo Imobilizado Societário	**2.077,95**	**1.898,50**
Ativo Imobilizado Regulatório	**54.044,63**	**53.343,61**

Em 2020 foram reclassificados os valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o CPC 05, onde: “De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados àqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

O Imobilizado Societário foi harmonizado conforme a IFRS no ano de 2017.

• **Ativo intangível**

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
Intangíveis				
Em Serviço	15.737,71	-251,98	15.485,73	13.405,58
Em Curso	8.402,83	0,00	8.402,83	7.468,46
Total	**24.140,54**	**-251,98**	**23.888,56**	**20.874,04**

8. Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2020, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R$ Mil	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2020
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVA energ)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	**3.936,19**	**5.203,55**	**(4.056,58)**	**3,03**	**44,31**	**5.130,50**
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	36,29	78,11	(0,06)	3,03	(39,02)	78,35
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	3.899,90	5.125,44	(4.056,52)	-	83,33	5.052,15
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recupe.	-	-	-	-	-	-

Total Ativos Financeiros Setoriais	**3.936,19**	**5.203,55**	**(4.056,58)**	**3,03**	**44,31**	**5.130,50**

Passivos Financeiros Setoriais - R$ Mil	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2020
CVA Ativa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aquisição de Energia - (CVA energ)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	**2.753,84**	**6.832,10**	**(2.827,28)**	**9,63**	**(1.043,56)**	**5.724,73**
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	158,48	198,06	(27,46)	9,63	(249,42)	89,29
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	2.595,36	6.634,04	(2.799,82)	-	(794,14)	5.635,44

Total Passivos Financeiros Setoriais	**2.753,84**	**6.832,10**	**(2.827,28)**	**9,63**	**(1.043,56)**	**5.724,73**

9. Fornecedores

	Legislação societária	
	2020	2019
ENEL	2254,66	1913,13
Proinfa	0,00	0,00
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	**2.254,66**	**1.913,13**
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	**0,00**	**0,00**
Materiais e Serviços	716,67	634,04
Sub Total - Materiais e Serviços	**716,67**	**634,04**
Total	**2.971,33**	**2.547,17**

10. Empréstimos e Financiamentos

Legislação Societária

Discriminação	Circulante		Longo Prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2020	2019
Moeda Estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Moeda Nacional					
Eletrobrás LPT EFS 0306/10	45,31	0,00	79,29	124,60	169,90
BANCO SICOOB CECREMEF - EMPRÉSTIMOS CAPITAL DE GIRO	788,23	0,00	0,00	788,23	632,21
FINANCIAMENTO SICOOB HILUX CÉDULA 2259887	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CANOPUS CONSÓRCIOS	0,00	0,00	7,59	7,59	16,44
Total	**833,54**	**0,00**	**86,88**	**920,42**	**818,55**

Obs.: Os encargos estão sendo apropriados na data do pagamento.

11. Taxas Regulamentares

	Legislação societária	
	2020	2019
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher	77,43	265,65
Taxa de fiscalização – ANEEL	8,29	7,43
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	536,84	182,49
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	0,00
Total	**622,56**	**455,57**

12. Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERCI não possui em seu Ativo nenhum tributo a ser compensado em Longo Prazo.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERCI no exercício de 2020 e anteriores.

14. Provisões para Contingências

	2020			2019		
	Valor da Provisão			Valor da Provisão		
Contingência	No exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	-72,50	125,00	0,00	-137,48	197,50	0,00
Subtotal	**-72,50**	**125,00**	**0,00**	**-137,48**	**197,50**	**0,00**

CÍVEIS						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	68,95	199,45	36,50	34,50	130,50	36,50
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	**68,95**	**199,45**	**36,50**	**34,50**	**130,50**	**36,50**
FISCAIS						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5,87	0,00	-2,94	5,87	0,00
Subtotal	**0,00**	**5,87**	**0,00**	**-2,94**	**5,87**	**0,00**
Total	**-3,55**	**330,32**	**36,50**	**-105,92**	**333,87**	**36,50**

15. Patrimônio Líquido

. Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 representa R$ 2.189,01 (Reais/mil), sendo composto por 437.801,60 cotas de responsabilidade limitada de R$ 5,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
José Carlos de Souza Rocha	3,19	0,0007
Daniel de Carvalho Machado	48,88	0,0112
Luiz Romualdo Vieira da Silva	18,80	0,0043
Luiz Antonio Barbosa Ramos	29,44	0,0067
Paulo Fernandes Ecard Espindola	68,13	0,0156
Jorge José Salvaya	65,80	0,0150
Josuel de Castro	18,80	0,0043
Helon Alves Martins	65,80	0,0150
Jorge Luiz Brantes dos Santos	65,80	0,0150
Francilino Penco da C. Morais	18,80	0,0043
Junia Marcia Nunes da Silva Borges	18,80	0,0043
Odilon Antonio da Silva	18,80	0,0043
Lafaiete Augusto da Costa	40,78	0,0093
Demais Cooperados	437.319,78	99,8899
TOTAL	**437.801,60**	**100,00**

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela abaixo:

Reservas de Sobras

	Legislação Societária	
	2020	**2019**
Reserva Legal	3.837,81	2.226,82
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	4.584,30	3.852,72
Reserva de Desenvolvimento	18.046,85	17.402,18
Reserva de Capital	0,00	0,00
Reserva Fundo de Custeio Judicial	0,00	0,00
	26.468,96	**23.481,72**
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Sobras Acumuladas à disposição da AGO	2.578,69	1.181,20
Capital social	2.189,01	2.184,17
Sub Total	**4.767,70**	**3.365,37**
Total das Reservas	**31.236,66**	**26.847,09**

16. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A CERCI não possui Política de Distribuição e Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.

17. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	N° de Consumidores		MWh Mil		R$ Mil	
Receita Bruta	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**

Fornecimento - Faturado	**16.705**	**16.041**	**44.167**	**42.140**	**38.008,83**	**34.224,68**
Residencial	15.307	14.695	28.596	27.268	26.420,73	23.765,91
Industrial	29	29	3.564	3.724	2.486,18	2.241,69
Comercial	660	617	3.816	3.241	3.548,72	3.214,65
Rural	601	595	3.785	3.835	2.778,12	2.482,04
Poder público	96	93	745	989	830,36	944,71
Iluminação pública	5	5	3.401	2.847	1.754,17	1.398,92
Serviço público	7	7	260	236	190,55	176,76
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	**28.803,60**	**25.117,97**

OBS: O Valor expresso em R$/mil foi formado por Consumo + Demanda + Fator de Potência + ICMS + PIS + COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio não foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2020 e 2019 a CERCI não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

19. Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
			Reais Mil	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
ENEL	47.144	50.940	19.156,75	17.164,15
Microgeração	336	178	279,38	151,49
PROINFA	44.047	42.170	324,42	363,60
Total	**91.527**	**93.288**	**19.760,55**	**17.679,24**

20. Despesas Operacionais

	Legislação Societária					
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	0,00	6.586,59	6.388,23	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	2.879,50	2.766,29	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	722,37	642,34	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	220,59	543,75	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transf. p/ imobilização em curso	0,00	0,00	-731,67	-565,90	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	1.325,98	1.386,37	0,00	0,00
Total Pessoal	**0,00**	**0,00**	**11.003,36**	**11.161,08**	**0,00**	**0,00**
Material	**0,00**	**0,00**	**1.347,34**	**1.353,65**	**0,00**	**0,00**
Serviços de Terceiros	**0,00**	**0,00**	**2.775,24**	**2.694,08**	**0,00**	**0,00**
Arrendam. e Aluguéis	**0,00**	**0,00**	**279,56**	**267,90**	**0,00**	**0,00**
Deprec. e Amortização	**0,00**	**0,00**	**1.023,25**	**918,54**	**0,00**	**0,00**
Provisões	**0,00**	**0,00**	**254,47**	**484,59**	**0,00**	**0,00**
Provisões (PDD)	0,00	0,00	222,80	548,17	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	31,67	-63,58	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	19.760,55	17.679,24	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	171,03	152,11	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	2.090,19	3.029,97	0,00	0,00
Total Outras	**0,00**	**0,00**	**22.021,77**	**20.861,32**	**0,00**	**0,00**
Total Geral	**0,00**	**0,00**	**38.704,99**	**37.741,16**	**0,00**	**0,00**

21. Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a
Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
			Reais Mil	
	2020	2019	2020	2019
ENEL	47.144	50.940	19.156,75	17.164,15
Microgeração	336	178	279,38	151,49
PROINFA	44.047	42.170	324,42	363,60
Total	**91.527**	**93.288**	**19.760,55**	**17.679,24**

22. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício é demonstrada a seguir:

	Legislação	
	2020	2019
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4412,16	2006,73
Ajustes Lalur	-4297,81	-1968,66
Base de Calculo Fiscal	**114,35**	**38,07**
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-27,44	-18,80
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Efeitos IFRS	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	**-27,44**	**-18,80**

23. Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2020.

24. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício foram concedidos benefícios aos funcionários da CERCI como: Seguro de Vida, Plano de Saúde (Convênio com a UNIMED), vale alimentação, totalizando R$2.048,35 (Reais/mil). O Plano Previdenciário não foi implantado até o exercício de 2020.

25. Transações com Partes Relacionadas

A título de remuneração da diretoria "chave – administrativa" do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

	Legislação Societária	
	2020	**2019**
Remuneração	765,38	649,95
Total	**765,38**	**649,95**

26. Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2020 e 2019, exceção feita a aplicações em curto prazo e à utilização de limites de Capital de Giro em 2020 e 2019, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário, o qual expressa o mesmo valor contábil.

27. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERCI não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS nos exercícios de 2020 e 2019.

28. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Veículos (Apólice 24226465)	12/12/2019 a 12/12/2020	Tabela Fipe	64,75
Patrimonial (Apólice 180 0002270515)	01/01/2020 a 04/01/2021	Tabela Fipe	7,60

Equipamentos nomeados –

Veículos - Apólice 24226465 contratada junto à Tokio Marine Seguradora, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

FABRICANTE	MODELO	ANO	PLACA
TOYOTA	HILUX CS D4-D 4x4 2.5 16V 102CV TB	2010	LLF-6082
TOYOTA	HILUX CS D4-D 4x4 3.0 TDI MEC	2013	KWD-9343
TOYOTA	HILUX CS D4-D 4x4 3.0 TDI MEC	2014	LUF-5566
TOYOTA	HILUX CS D4-D 4x4 3.0 TDI MEC	2015	LRV-9741
TOYOTA	HILUX CD 4X4 2.8 MEC	2016	LSW-4757
TOYOTA	HILUX CD 4X4 2.8 MEC	2016	KRT- 2205
TOYOTA	HILUX CD 4X4 2.8 MEC	2017	LML-4283
TOYOTA	HILUX CD 4X4 2.8 MEC	2018	LLS-3238
TOYOTA	HILUX CS 2.8 TB 4X4 2P MEC	2018	LMQ5E87
TOYOTA	HILUX CS 2.8 TB 4X4 2P MEC	2020	RIS1I07
TOYOTA	HILUX CD 4X4 2.8 MEC	2020	RIY1A08
MERCEDES	CAMINHÃO ATEGO 1729 4X2 2P E5	2020	RJI2J52
VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 15-180 E CONSTELLATION 2P	2010	KNY-5437
VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 9-150 E DELIVERY 2P	2011	KVN-7932
VOLKSWAGEN	CAMINHÃO 15-190 E CONSTELLATION 4X2 2P E5	2012	LQS-2897
VOLKSWAGEN	GOL CITY/TREND 1.0 MI TOTAL FLEX 8V 4P	2012	KNZ-5236
FABRICANTE	**MODELO**	**ANO**	**PLACA**
TOYOTA	HILUX CS D4-D 4x4 2.5 16V 102CV TB	2010	LLF-6082

Todos segurados contra danos materiais, danos corporais, APP por morte e invalidez permanente.

Patrimonial – Apólice 180 0002270515 contratada junta à Tokio Marine Seguradora S/A, foram segurados os bens abaixo relacionados:

- Sede da Cooperativa, situada à Rua Osvaldir Vicente de Siqueira s/nº, Papucaia – Cachoeiras de Macacu – RJ (Prédio e Conteúdo).
- Imóvel (Almoxarifado), situado à Estrada do Colégio s/nº, Papucaia – Cachoeiras de Macacu – RJ (Prédio e Conteúdo).

29. Eventos Subsequentes

29.1 Tarifa Inicial pelos critérios do Módulo PRÓ-RET 8.4.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para assinatura das 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente. Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fosse adotado pela Empresa, sendo:

1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre a assinatura imediata de Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada “Parcela B” regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,
2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao apresentar os dois caminhos possíveis estabelecidos pelo Poder Concedente à Diretoria e Assembleia de Associados, resolveu se comprometer com a assinatura do

Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, com Procedimento Tarifário regido pelo Módulo PRO-RET 8.4, no que tange à Parcela B.

Neste sentido, de imediato, contratamos Consultoria Especializada no Setor (NSS) e já estamos alimentando os dados solicitados pela SGT/ANEEL (Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL) para o estudo e formação da Tarifa Inicial, que, em seguida, resultará na convocação para assinatura do Contrato de Permissão.

Os efeitos destes procedimentos já foram sentidos em 2017, onde o Cooperado como proprietário da Empresa, e, Cooperado e Não Cooperado como Consumidor, receberam a garantia de um trabalho eficiente, com transparência, qualidade, regularidade, tarifas módicas, remuneração adequada.

Em 2018 no mês de julho assinamos o Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, Resolução Homologatória nº 2.447 , de 18 de Setembro de 2018 e com base nos autos do Processo nº 48500.002209/2018-18 sendo homologado as nossa tarifas iniciais.

29.2 Revisão Tarifária Anual

Em abril de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

O efeito tarifário médio para o ciclo tarifário vigente que compreende 2020 e 2021, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

29.3 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Em nosso contexto de Regulamentação, em prazo adequado, teremos que implementar rotinas de trabalho que resultem em adequados índices de continuidade de qualidade na distribuição de energia. Esses índices deverão ser aplicados por procedimentos auditados pelas normas da ISO 9000, garantindo ao consumidor

de nossa Empresa, a melhoria e eficiência contínuas exigidas pelo Órgão Regulador da Distribuição de Energia de nosso País.

Com a assinatura de nosso Contrato de Permissão no ano de 2018, receberemos a abertura do processo de apuração, que ensejará nos índices adequados aos nossos consumidores para os próximos 10 anos.

Segue abaixo, os índices e metas de nossa Empresa, lembrando que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO 9000.

Ano de 2020:

Limites Regulatórios: Ainda não definido pelo ANEEL no exercício de 2020

Realizado: DEC 39,79 e FEC 21,09

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes energia de qualidade.

29. 4 Subsídios Baixa Densidade de Carga - fixação de valor:

A CERCI, em sua Tarifa Inicial, fixada pelo Órgão Regulador, quando da assinatura de nosso Contrato de Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, foi fixado através da Resolução Homologatória ANEEL 2.447 de 18 de setembro de 2018 para benefício de seus consumidores, o Subsídio Baixa Densidade de Carga, cuja metodologia prevê a inclusão de valores negativos nos chamados "Itens Financeiros" da Permissionária para depósito pela União, através da CCEE, utilizando-se a verba do fundo CDE, para reembolsar o valor deduzido, através de parcela fixas e mensais. Esse valor, fixado para nossa Empresa, foi de: R$/MIL 325,57 mensais.

Esse valor ocasionará efeito zero em nossos caixa, porém, beneficiará nosso consumidor com tarifas menores, causando impacto positivo à sociedade

Em 2020, após a 2ª. Revisão Tarifária, foi fixado pela Resolução Homologatória ANEEL 2.682 de 28 de abril de 2020 o Subsídio Baixa Densidade de Carga no valor de R$/Mil 341,84 mensais.

29.5 Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERCI;
b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERCI;
c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 os efeitos deste decreto já trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

29.6 Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CERCI, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e IFRS 16 - (Arrendamentos).
Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERCI uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

29.7 Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2020 a CERCI contabilizou 7,28% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). Durante o ano de 2021, a CERCI continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

29.8 Contingências Ativas – Direitos a Recuperar – Processo em Andamento

Refere-se ao caso ocorrido de apropriação indevida de valores da Empresa, por funcionário que integrava o quadro do Setor de Contabilidade, que, usurpando suas funções, implantou um esquema de desvio de dinheiro complexo, e, que, usava de artifícios muito bem elaborados para ocultar as operações. A Administração e Departamento Contábil esclarecem:

A detecção do criminoso esquema foi possível graças à combinação das determinações de monitoramento da ANEEL, e a implementação de vários níveis de segurança que a Administração optou por seguir.

Apuramos que os fatos ocorreram no curso do ano de 2019 e em janeiro de 2020 e chegaram ao valor exato de R$393.,44. Não houve alteração deste valor até a data de encerramento do exercício. As provas do ocorrido foram encaminhadas a 159 Delegacia de Polícia de Cachoeiras de Macacu, estando o Inquérito Policial nº 159-00096/2020 em fase de apuração. Maiores detalhes sobre o procedimento investigatório poderão ser divulgados pela Administração nos momentos apropriados.

Contabilmente todo o valor desviado foi reconhecido como "Direitos a recuperar - Processo em Andamento", e, por essa razão, não houve nenhum prejuízo suportado no presente balanço.

Reafirmamos aqui nosso compromisso com as boas práticas contábeis, sendo certo que desvios de caráter não são tratados pelo nosso Setor, no entanto fica demonstrado que até mesmo nestes casos estamos aptos a detectar as falhas.

29.9 Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais. Contudo, não houve a chamada "repercussão geral", ou seja, este entendimento só é permitido a quem requerer judicialmente. Neste sentido, a administração da CERCI, para que possa haver energia mais barata aos seus consumidores, estará ajuizando esta solicitação logo no início de 2021, para trazer aos seus consumidores, o mais breve possível este benefício fiscal, que repercute no total da fatura de energia elétrica.

29.10 Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, determinou a criação de grupo de trabalho para a revisão periódica das normas contábeis do Setor Elétrico.
A CERCI mantém-se constantemente atualizada para tempestivamente implementar a atualização das normas, e, ao mesmo tempo, mensurar seus efeitos aos Srs. Associados.

30. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2020, a Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras de Itaboraí Ltda – CERCI desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004). Manteve o Convênio de Assistência Pós Vida junto à SAF; Convênio com Operadora de Plano de Saúde (UNIMED); Convênio Odontológico junto à DENTAL, promovendo bem estar e segurança aos seus colaboradores e familiares.

Responsabilidade Social

A CERCI, ciente de sua responsabilidade social, vinha, como cooperativa, realizando ações junto à comunidade em que estão inseridos os seus Cooperados e usuários. Neste sentido, estando na fase de regulamentação junto ao Órgão Regulador, e, sabedores de que a ANEEL encoraja ações para a modicidade tarifária, estamos aperfeiçoando nossas ações sócio ambientais de acordo com as novas normas tarifárias do Setor Elétrico. Por essa razão, justificamos a ausência de informações no Balanço Social de Energia Elétrica.

CIPA

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da CERCI desenvolve suas atividades abordando e fiscalizando assuntos como: riscos atinentes às funções, uso dos equipamentos de proteção, identificação e sinalização dos ambientes com risco, entre outros, bem como divulgando informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho.

Tais assuntos têm como objetivo apontar e sugerir soluções para problemas de segurança e saúde, visando à qualidade de vida e saúde do trabalhador.

Os membros da CIPA realizam reuniões mensais na Sede da Empresa, objetivando não apenas cumprir a Norma Regulamentadora nº 05, mas também primar pela segurança dos colaboradores da CERCI.

Educação

A CERCI ainda não desenvolveu um Programa de Incentivo à Educação, entretanto, realizou alguns treinamentos, no decorrer do exercício, através da Parceria com seu Órgão de Representação Estadual – SESCOOP/RJ, todos relacionados à Legislação Cooperativista, Procedimentos de Regulamentação, dentre eles financiou as despesas de deslocamento e alimentação de funcionários em um Curso de Gestão

Cooperativista e possibilitou a participação do Setor de Contabilidade em cursos relativos à Escrituração Contábil Digital e Escrituração Fiscal Digital.

COOPERATIVA ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA
Demonstração do Balanço Social - 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020			2019		
	R$ mil			R$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	42.319,81			39.065,12		
Lucro Operacional (LO)	3.850,05			1.677,46		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	11.768,73			11.811,03		
		% sobre			% sobre	
2 - Indicadores sociais internos	**R$ mil**	**FPB**	**RL**	**R$ mil**	**FPB**	**RL**
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	722,37	6,14%	1,71%	642,34	5,46%	1,52%
Encargos sociais compulsórios	2879,5	24,47%	6,80%	2766,29	23,51%	6,54%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	1109,65	9,43%	2,62%	1106,37	9,40%	2,61%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	18,12	0,15%	0,04%	24,23	0,21%	0,06%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	49,87	0,42%	0,12%	93,01	0,79%	0,22%
Outros Benefícios	148,34	1,26%	0,35%	162,76	1,38%	0,38%
Total	**4927,85**	**41,87%**	**11,64%**	**4795,00**	**40,74%**	**11,33%**

3 - Indicadores sociais externos	R$ mil	% sobre LO	% sobre RL	R$ mil	% sobre LO	% sobre RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	34,52	0,90%	0,08%	32,66	0,85%	0,08%
Total de contribuições para a sociedade	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**
Tributos - excluídos encargos sociais	223,59	5,81%	0,53%	190,18	4,94%	0,45%
Total	**223,59**	**5,81%**	**0,53%**	**190,18**	**4,94%**	**0,45%**

4 - Indicadores ambientais	R$ mil	% sobre LO	% sobre RL	R$ mil	% sobre LO	% sobre RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**

5 - Indicadores do corpo funcional	2020 em unidades	2019 em unidades
Empregados no final do período	**157**	**150**
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	19	23
Ensino médio	89	80
Ensino fundamental	49	47
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	15	18
De 30 até 45 anos (exclusive)	72	68
Acima de 45 anos	59	64
Admissões durante o período	22	22
Mulheres que trabalham na empresa	35	29
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	17,14%	20,69%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	35,29%	35,29%
Negros que trabalham na empresa	17	17
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	5,88%	5,88%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
Portadores de deficiência física	4	3
Dependentes	305	251
Estagiários		2
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	**10,00**	**4,00**
Maior remuneração	10	8
Menor remuneração	1	2
Acidentes de trabalho	**7**	**4**

31. Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERCI refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, sendo que, ao término do exercício de 2020, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional Líquida de Distribuição Anual no exercício atingiu um montante de R $42.319,81 (Reais/mil) , inferior ao ano anterior em 8,33 % que foi de R $39.065,12 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores Faturados em dezembro de 2020 foi de 16.705 já em 2019 foi de 16.714 representando uma redução de 0,05 % em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2020 montaram em R$ 11.003,36 (Reais/mil) e no exercício anterior montaram R$ 11.161,08 (Reais/mil), representando uma diminuição de 1,43 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2020, foram de R$ 6.917,83 (Reais/mil), inferior em 15,39 % ao ano anterior que foi de R$ 7.982,30 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2020 importou em R$ 562,12 (Reais/mil), enquanto que no exercício de 2019 o Resultado Financeiro foi de R$ 348,07 (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2020	2019
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R$	1,45	1,53
Seca	(AC - E) / PC	R$	1,42	1,50
Absoluta	AD / PC	R$	0,24	0,10
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R$	3,16	1,39
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	9,84	4,86
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	8,58	4,03
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	9,78	4,82
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	200,31	91,88
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	14,04	7,47

3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	9,59	5,39
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	31,69	27,90
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	68,31	72,10
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	56,79	61,16
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	100,00	38,84
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	94,93	86,92
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	1.186,22	1.042,62
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R$	5,95	4,73

Valores Expresso em Reais Mil

*** Dados Básicos e Siglas para Análise Acima**

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

32. Créditos Fiscais

A CERCI possui Créditos Fiscais conforme demonstrados no quadro abaixo:

		Legislação Societária		
Exercício Contábil	**Histórico**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
2020	IRRF a Compensar	24,85	0	24,85
2020	CSLL a Recuperar	41,16	0	41,16
2020	IRPJ sobre Lucro	39,4	0	39,4
2020	PIS	5,03	0	5,03
2020	COFINS	0	0	0
2020	INSS	58,38	0	58,38
2020	OUTROS	1,23	0	1,23
Total Geral				**170,05**

33. Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERCI efetua, periodicamente, o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição. O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais. Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34. Energia Livre

A CERCI está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a ENEL S/A., conforme instruções do Órgão Regulador.

35. ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Devido a questões estaduais pertinentes ao ICMS praticado pelas Cooperativas de Eletrificação, somos substituídos tributariamente pela ENEL e, por esta razão, não há tributação de nossos consumidores de baixa renda, sobre a parcela do Subsídio da União Federal.

36. Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

A CERCI assinou o Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e consequentemente seu processo de apuração de Tarifa Inicial se deu com a publicação da Resolução

Homologatória ANEEL 2.447 de 18 de setembro de 2018, não existindo, desta forma a figura do diferimento de tarifa.

37. Revisão Tarifária Periódica

A CERCI assinou o Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e consequentemente seu processo de apuração de Tarifa Inicial se deu com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL 2.447 de 18 de setembro de 2018, sendo que nossa Revisão Tarifária Periódica deverá ocorrer no ano de 2022.

38. Ganhos Contingentes

A CERCI não possuiu Ganhos Contingentes neste exercício, assim como no exercício anterior.

39. Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.447, de 18/09/2018, se atualizados pelo IPCA, Líquido do Fator "X", nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	ÍNDICES	4,58%	3,30%	XX%
	Revisão 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	70.097,95	73.308,44	75.727,62	-
(2) Obrigações Especiais Brutas	-	-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	4.472,75	4.677,60	4.831,96	-
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	**65.625,20**	**68.630,84**	**70.895,66**	**-**
(5) Depreciação Acumulada	27.328,95	28.580,62	29.523,78	-
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	**42.769,00**	**44.727,82**	**46.203,84**	**-**
(7) Obrigações Especiais Líquidas	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	-	-	-	-
(9) Almoxarifado em Operação	210,29	219,93	227,18	-

(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	**42.979,29**	**44.947,75**	**46.431,02**	**-**
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	-
(12) Quota de Reintegração Regulatória	2.625,01	2.745,23	2.835,83	-
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	**1.620,32**	**1.694,53**	**1.750,45**	-

40. Reajuste Tarifário

Nossas tarifas até o exercício de 2017 eram administradas pelo Conceito Cooperativista de apuração de Sobras e Perdas, que regulavam a necessidade tarifária e sua efetiva distribuição entre as classes. Durante o exercício de 2018 assinamos o Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, e, então, a partir de 2019, temos os processos de Reajuste Tarifário similar às demais Permissionárias do País, na data do aniversário Contratual, e, através de processo conduzido pela SGT (Superintendência de Gestão Tarifária) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Em abril de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

O efeito tarifário médio do reajuste para o ciclo tarifário vigente que compreende 2020 e 2021, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

41. Fusões, Cisões e Incorporações

A CERCI não passou por nenhum processo de Fusão, Cisão ou Incorporação.

42. Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

A ANEEL determina a confecção de Laudo de Avaliação e, este, pelas regras do PRORET 8.1 tem sempre apresentado valores superiores ao contábil, motivo pelo qual não houve a necessidade de Realização desta Provisão.

43. Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBITDA

Na composição da formação do saldo de R$ 5.548,51 mil reais da LAJIDA/EBITDA do exercício contábil de 2020 foram utilizados as seguintes contas:

	2020	2019
Lucro/Prejuízo Líquido	4.384,73	2.006,72
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	113,09	152,3
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	27,44	18,8
Depreciação e Amortização	1.023,25	918,54
	5.548,51	**3.096,36**

44. Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2020

Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		**19.047,01**	**-**	**19.047,01**	**-**	**19.047,01**
Caixa e equivalentes de caixa		3.083,72	-	3.083,72	-	3.083,72
Consumidores		9.070,31	-	9.070,31	-	9.070,31
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		170,05	-	170,05	-	170,05
Depósitos judiciais e cauções		36,50	-	36,50	-	36,50
Almoxarifado operacional		396,27	-	396,27	-	396,27

Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		119,39	-	119,39	-	119,39
Ativos financeiros setoriais		5.130,50	-	5.130,50	-	5.130,50
Despesas pagas antecipadamente		128,36	-	128,36	-	128,36
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		911,91	-	911,91	-	911,91
Ativo não circulante		**55.718,25**	**(29.038,25)**	**26.680,00**	**-**	**26.680,00**
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Investimentos temporários		1,32	-	1,32	-	1,32
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		495,22	216,93	712,15	(216,93)	495,22
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-
Imobilizado		55.127,49	(53.049,53)	2.077,96	24.011,28	26.089,24
Intangível		94,22	23.794,35	23.888,57	(23.794,35)	94,22
Total do ativo		**74.765,26**	**(29.038,25)**	**45.727,01**	**-**	**45.727,01**

Passivo						
Passivo circulante		**13.095,52**	**-**	**13.095,52**	**-**	**13.095,52**
Fornecedores		2.971,33	-	2.971,33	-	2.971,33
Empréstimos, financiamentos e debêntures		833,54	-	833,54	-	833,54
Obrigações sociais e trabalhistas		719,77	-	719,77	-	719,77

Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		641,60	-	641,60	-	641,60
Provisão para litígios		199,45	-	199,45	-	199,45
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		622,55	-	622,55	-	622,55
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		5.724,74	-	5.724,74	-	5.724,74
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		1.382,54	-	1.382,54	-	1.382,54
Passivo não circulante		**1.394,83**	**-**	**1.394,83**	**-**	**1.394,83**
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		86,88	-	86,88	-	86,88
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		130,87	-	130,87	-	130,87
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-		-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.177,08	-	1.177,08	-	1.177,08
Total do passivo		**14.490,35**	**-**	**14.490,35**	**-**	**14.490,35**

Patrimônio líquido						
Capital social		2.189,01	-	2.189,01	-	2.189,01
Reservas de capital		(3.823,95)	3.823,95	-		-
Outros resultados abrangentes		29.038,25	(29.038,25)	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-

Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados				-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		26.468,96	-	26.468,96	-	26.468,96
Sobras à disposição da Assembleia		6.402,64	(3.823,95)	2.578,69	-	2.578,69
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		**60.274,91**	**(29.038,25)**	**31.236,66**	**-**	**31.236,66**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**74.765,26**	**(29.038,25)**	**45.727,01**	**-**	**45.727,01**

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2020

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		**43.920,35**	**934,37**	**44.854,72**	**(43.589,61)**	**1.265,11**
Fornecimento de energia elétrica		9.426,61	-	9.426,61	(8.165,20)	1.261,41
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		28.803,60	-	28.803,60	(28.803,60)	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		365,04	-	365,04	(365,04)	-
Serviços cobráveis		78,62	-	78,62	(74,92)	3,70
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		5.246,48	-	5.246,48	(5.246,48)	-
Outras receitas vinculadas		-	934,37	934,37	(934,37)	-
Tributos		**(52,56)**	**-**	**(52,56)**	**-**	**(52,56)**
ICMS		-	-	-	-	-
PIS-PASEP		(9,36)	-	(9,36)		(9,36)
Cofins		(43,20)	-	(43,20)		(43,20)

ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		**(2.482,37)**	**-**	**(2.482,37)**	**2.482,37**	**-**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(2.298,34)	-	(2.298,34)	2.298,34	-
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(94,32)	-	(94,32)	94,32	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(89,71)	-	(89,71)	89,71	-
Receita líquida / Ingresso líquido		**41.385,42**	**934,37**	**42.319,79**	**(41.107, 24)**	**1.212,55**
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		**(19.760,55)**	**-**	**(19.760,55)**	**19.045,5 7**	**(714,98)**
Energia elétrica comprada para revenda		(19.436,13)	-	(19.436,13)	19.045,5 7	(390,56)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(324,42)	-	(324,42)	-	(324,42)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		**21.624,87**	**934,37**	**22.559,24**	**(22.061, 67)**	**497,57**
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		**(19.669,34)**	**960,14**	**(18.709,20)**	**18.127,5 0**	**(581,70)**
Pessoal e administradores (inclui 765,38 de remuneração a administradores)		(11.768,73)	-	(11.768,73)	11.342,9 2	(425,81)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material		(1.347,34)	-	(1.347,34)	1.298,59	(48,75)
Serviços de terceiros		(2.775,24)	-	(2.775,24)	2.674,82	(100,42)
Arrendamento e aluguéis		(279,56)	-	(279,56)	269,45	(10,11)
Seguros		(64,74)	-	(64,74)	62,39	(2,35)
Doações, contribuições e subvenções		(34,52)	-	(34,52)	33,27	(1,25)
Provisões		(254,47)	-	(254,47)	245,26	(9,21)
Recuperação de despesas		85,68	-	85,68	(82,58)	3,10
Tributos		(171,03)	-	(171,03)	164,84	(6,19)
Depreciação e amortização		(2.917,76)	1.894,51	(1.023,25)	932,14	(91,11)
Gastos diversos da atividade vinculada		(376,86)	(934,37)	(1.311,23)	1.263,80	(47,43)

Outras Receitas Operacionais		693,02	-	693,02	(519,02)	174,00
Outras Gastos Operacionais		(457,79)	-	(457,79)	441,62	(16,17)
Resultado da Atividade		**1.955,53**	**1.894,51**	**3.850,04**	**(3.934,17)**	**(84,13)**
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		**562,12**	**-**	**562,12**	**(363,64)**	**198,48**
Despesas financeiras		(232,19)	-	(232,19)	218,94	(13,25)
Receitas financeiras		794,31	-	794,31	(582,58)	211,73
Operações com não Associados		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado de operações com não associados		-	-	-		-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**2.517,65**	**1.894,51**	**4.412,16**	**(4.297,81)**	**114,35**
Despesa com impostos sobre os lucros		(27,44)	-	(27,44)	-	(27,44)
Resultado líquido das operações em continuidade		**2.490,21**	**1.894,51**	**4.384,72**	**(4.297,81)**	**86,91**
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		**2.490,21**	**1.894,51**	**4.384,72**	**(4.297,81)**	**86,91**
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
Lucro por ação		**1,14**	**0,87**	**2,00**	**(1,96)**	**0,04**
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		1,14	0,87	2,00	(1,96)	0,04
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2020

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.184,17**	**-**	**-**	**(0,00)**	**(0,00)**	**23.481,72**	**1.181,20**	**-**	**26.847,09**
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	4,84	-	-	-	-	-	-	-	4,84
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	-		-	-
Reservas de lucros	-	-	-		-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-		-	-	86,91		-	-	86,91
Destinação proposta à A.G.O.:	-			-	-		4.297,82	-	4.297,82
Reserva legal	-	-	-	-		1.610,98	(1.610,98)	-	-
FATES	-	-	-	-	(86,91)	731,58	(644,67)	-	-
Reservas de Capital	-		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-		-	644,68	(644,68)	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsória de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	-	-		-		-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.189,01**	**-**	**-**	**(0,00)**	**-**	**26.468,96**	**2.578,69**	**-**	**31.236,66**

45. Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERCI realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2020, o saldo de 473,38 R$/MIL

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	AJUSTES	A RECEBER	A DEVOLVER
SUBSÍDIOS DE BAIXA DENSIDADE CARGA	347,85	4.120,12	-4.126,13	0	341,84	0
SUBSÍDIOS CDE RURAL	78,4	722,8	-740,82	0	60,38	0
SUBSÍDIOS AQUICULTOR	0	10,89	-34,55	42,52	18,86	0
SUBSÍDIOS ÁGUA E ESGOTO	4,05	31,41	-28,89	2,6	9,17	-4
SUBSÍDIOS DMR BAIXA RENDA	46,5	280,58	-149,08	-134,86	43,14	0
					473,39	**-4**

46. Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	**(3,23)**	**0,03**	**(3,20)**
Data de aquisição: 09/2019	(3,23)	0,03	(3,20)
Doações e Subvenções a Invest. no Serviço Concedido	**(400,36)**	**3,99**	**(396,37)**
Data de aquisição: 09/2019	(105,48)	1,05	(104,43)
Data de aquisição: 10/2019	(21,15)	0,21	(20,94)

Data de aquisição: 11/2019	(151,61)	1,51	(150,10)
Data de aquisição: 06/2020	(8,53)	0,09	(8,44)
Data de aquisição: 10/2020	(113,59)	1,13	(112,46)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento			
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda			
Excedente de reativos			
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	**(403,59)**	**4,02**	**(399,57)**

47 - Efeitos COVID 19 (CONTA COVID)

1) Empréstimo

Para aliviar parcialmente os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras por conta da pandemia, a ANEEL, publicou a Resolução Normativa n° 885/2020 que regulamentou o Decreto n° 10.350 de 2020 para a criação da Conta-Covid. A Conta-Covid teve como objetivo antecipar recursos financeiros para as distribuidoras via mecanismo tarifário, suprindo para essa fase de emergência sanitária, fluxo de caixa durante a paralisação da economia.

Em 03 de julho de 2020, a CERCI aderiu à Conta-Covid e, conforme o Decreto 10350 de 2020, publicado pela ANEEL, a Empresa recebeu o montante de R$/MIL 2.410,77. Todo esse montante refere-se à antecipação da Parcela B. Estes valores foram importantes para que a Empresa continuasse totalmente operacional, mesmo neste momento de crise, e, sua devolução, diluída em vários exercícios.

2) Comportamento do mercado:

No mês de fevereiro, já houve o impacto inicial advinda da crise mundial do novo CORONAVÍRUS, trazendo, conforme quadro abaixo, queda de 5,73% em relação a janeiro.

Já o consumo de março, também impactado pelo Lockdown ocorrido na 2a quinzena do mês, refletiu uma segunda queda de 7,81%.

No consumo de abril, apesar do cenário, houve um aumento de 0,67% em relação a março.

O mês de maio, quando se notou que a doença não diminuiu como se esperava, houve novamente uma queda acentuada na ordem de 13,3%

Em Junho, pela retomada parcial das atividades, podemos verificar uma reação no mercado, na ordem de 1,34%, seguido por julho de mais 0,92%.

Por fim, a partir de agosto, assim como a curva da pandemia se apresenta oscilante, também o mercado de energia apresentou-se meses diminuindo, meses aumentando, conforme quadro abaixo:

Consumo 2020	Variação %
Janeiro	
Fevereiro	-5,73
Março	-7,81
Abril	0,67
Maio	-13,3
Junho	1,34
Julho	0,92
Agosto	0,54
Setembro	13,34
Outubro	7,04
Novembro	-6,3
Dezembro	4,55

3) Número de consumidores da Tarifa Social de Energia Elétrica que tiveram contas totalmente pagas pelo Governo Federal

A quantidade de UCS contempladas inicialmente foram de:

Quantidade de UCS	354

Porém mensalmente, as seguintes quantidades de faturas foram totalmente custeadas pelo Governo Federal

Período	Custeadas pelo Governo
abr/20	281
mai/20	337
jun/20	357

4) Inadimplência durante a crise

Os consumidores da CERCI caracterizam-se, de uma forma geral, pelo pagamento das faturas em ciclos bem definidos, de modo que no segundo mês após o vencimento, a inadimplência fica em torno de 8%, o que proporciona à Empresa razoável segurança em suas operações. Contudo no início desta crise, pudemos verificar uma ligeira variação no nível de inadimplência, conforme segue:

Período	Em aberto no mês (R$ X 1000)	Evolução em %
nov/19	245	6,97%
dez/19	220	7,02%
jan/20	320	8,43%
fev/20	417	11,94%
mar/20	538	16,17%
abr/20	352	10,91%
mai/20	253	8,79%
jun/20	230	7,87%

jul/20	225	7,18%
ago/20	335	10,25%
set/20	302	8,16%
out/20	331	8,43%

Assim, vimos que no auge da crise, tivemos ligeiro aumento da inadimplência, ocorridas nos meses de fevereiro/2021, março/2021 e abril/2021, retornando a à normalidade de maio/2021 em diante.

5) Negociações de Unidades Consumidoras cuja área de atuação foi totalmente afetada pela crise:

Período	Negociações efetuadas
abr/20	31
mai/20	64
jun/20	74
jul/20	196
ago/20	147
set/20	123

48. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrante destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2021 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R$ mil, com 2 casas decimais.

HELON ALVES MARINS

Presidente

LAFAIETE AUGUSTO DA COSTA

Secretário

JEANNE CORREA DE PAULO SANTOS

Contadora

CRC – RJ 100069/O-9

Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2020

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

Os membros do Conselho Fiscal da CERCI — COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS — ITABORAÍ LTDA, abaixo assinado no cumprimento das disposições legais e Estatutárias, assistidos pelo assessor contábil do Conselho Fiscal MARCELO RODRIGUES DE FREITAS, emite o seguinte parecer: de acordo com o Balanço Patrimonial de exercício de 2020, apresentado pela contabilidade verificou-se que há em caixa e equivalente de caixa valores que estão de acordo com limite aprovado pelo Conselho de Administração. O Parecer do Conselho Fiscal tem como base as informações fornecidas pelo Departamento Contábil da CERCI que são eles: Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020; Balancetes de 2020; Demonstração de Sobras e Perdas Ato Cooperativo encerrado em 31/12/2020; Demonstração de Sobras e Perdas Ato Não Cooperativo encerrado em 31/12/2020; Fluxo de Caixa; e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020. O Conselho Fiscal observou que todos os documentos enviados pelos setores financeiro e contábil estão de acordo com as normas estatutárias da CERCI. Assim sendo, recomendamos à Assembleia Geral Ordinária, regularmente convocada para o próximo dia 30 de janeiro do corrente ano, a aprovação das contas.

Papucaia, 15 de janeiro de 2021.

Antonio Theodoro de Almeida
ANTONIO THEODORO DE ALMEIDA

Diogo Felipe Oliveira Brandão
DIOGO FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO

Dilma Costa dos Santos
DILMA COSTA DOS SANTOS

CERCI
DESDE 1969
Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

Parecer dos Auditores Independentes

Exercício de 2020

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI

Cachoeiras de Macacu — RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade — CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa no "19", a Cooperativa foi vítima de fraude interna. A administração da Cooperativa adotou as medidas administrativas e legais visando a recuperação dos recursos desviados, tendo registrado o valor de R$ 360.089,00 (trezentos e sessenta mil e oitenta e nove centavos), em conta de “Direitos a Recuperar". Efeitos contrários às ações da administração da Cooperativa, serão reconhecidos oportunamente nos resultados de exercícios seguintes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

AUDICONSULT Auditores S/S Contador -
CRC-SC 14.874/O-7"S"RJ
CRC-SC 4.012"S"RJ

Relatório da Administração

Regulatório

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2020 (encerrado em 31 de dezembro de 2020), em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda – CERCI para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Estamos sempre em busca de superações e de melhorias, por isso estamos fazendo investimentos, tendo como objetivo, prestar os melhores serviços a todos os cooperados e consumidores que utilizam nossa energia.

Conselho de Administração

Carta do Presidente

Eu Inicio minhas palavras agradecendo, primeiramente, a DEUS, por mais uma oportunidade de participar desse evento tão importante e marcante para nossa Cooperativa. Agradeço também às equipes de todos os departamentos, pelo empenho e dedicação a esse projeto com tamanha capacidade e consideração.

A CERCI (Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras - Itaboraí LTDA) foi fundada em 13 de abril de 1969, graças a uma reunião dos citricultores da região de Ipitangas - município de Itaboraí - RJ – onde, após várias horas de debates, decidiu-se fazer uma pesquisa nas casas vizinhas para saber quantas pessoas demonstrariam real interesse, para então dar início à fundação da Cooperativa. Passados mais de 52 anos, mesmo diante de muitos desafios, crescemos, o que nos leva a pensar que, com trabalho, empenho e foco em oferecer sempre o melhor serviço para nossos clientes e cooperados, continuaremos a avançar.

Agradeço também aos nossos companheiros do Conselho Administrativo e Fiscal, que são extremamente importantes na missão de auxiliar (o que fazem com grande competência) na condução da empresa, dedicando-se muito nesse dificílimo momento econômico que estamos vivendo, com suas atitudes conscientes, responsáveis e coerentes.

Em homenagem e agradecimentos aos nossos colaboradores, cito o autor e político norte americano Theodore Roosevelt "***De longe, o maior prêmio que a vida oferece é a chance de trabalhar muito e se dedicar a algo que valha a pena"***. Não poderia deixar de relacionar esta afirmativa a nossa equipe de colaboradores que vêm desenvolvendo um excelente trabalho com diligência, aplicação se dedicando ao progresso da CERCI, nossos prestadores de serviço, fornecedores e demais parceiros vão o nosso muito obrigado.

Helon Alves Marins – Presidente

Carta do Contador

Na qualidade de Contadora responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda - CERCI, viemos comunicar aos Senhores Associados e Consumidores a finalização do exercício do ano de 2020.

Com muita clareza, buscando a qualidade que a nossa Cooperativa merece, empenhando pela transparência e legalidade que viemos lhes apresentar nossos diversos relatórios, ressaltando que atendemos os preceitos da legislação comercial brasileira e a legislação específica do Setor de Energia Elétrica, observando plenamente os princípios fundamentais de contabilidade, assim contribuindo para o equilíbrio econômico e financeiro da nossa Cooperativa.

Com o compromisso de cumprir as questões regulatórias impostas pelo Órgão Regulador – ANEEL, e atentos às datas de envio dos arquivos mensais, trimestrais ou anual, quais sejam, BMP – Balancete Mensal Padronizado, RIT – Relatório de Informações Trimestrais e PAC – Prestação Anual de Contas, ressaltamos que todos esses relatórios foram enviados e pré analisados pelo órgão regulador.

O ano de 2020 foi desafiador. A pandemia do Covid 19 mexeu com os sentimentos de todos nós. Medos, incertezas e distâncias. Tivemos que nos adaptar ao desconhecido, buscar formas de proteção e, ao mesmo tempo, continuar cumprindo nossa missão na defesa e interesses de nossa Cooperativa, orientando na busca de caminhos e decisões que nos levassem ao crescimento financeiro, econômico, contábil e estrutural.

E finalmente somos gratos a Deus, à nossa Diretoria, aos nossos Gerentes, à nossa equipe Contábil, aos nossos Consultores e Auditores, e a todos os colaboradores que têm feito a cada dia essa Cooperativa galgar um degrau a mais nessa sua vitoriosa caminhada.

JEANNE CORRÊA DE PAULO SANTOS

CONTADORA

CRC/RJ: 100069/O-9

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí – CERCI foi fundada em 13 de abril de 1969 com o intuito de distribuir energia elétrica nas áreas rurais.

As ações empreendidas a partir da data de sua fundação até a presente, não pararam e, hoje, a CERCI atende com energia elétrica as localidades dos Municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim, abastecendo residências, comércios, indústrias, entre outros.

Distribuição

A CERCI distribui energia elétrica nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim e Saquarema. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de Consumidores

Em 2020, foram realizadas, 664 novas ligações, sendo 612 consumidores residenciais, 43 comerciais, 6 rurais e 3 Poderes Públicos, totalizando 16.705 consumidores atendidos pela Permissionária, número 4,14% superior ao de 2019.

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	13.517	14.118	14.421	14.695	15.307
Comercial	534	552	601	617	660
Industrial	30	34	32	29	29
Rural	714	572	587	595	601
Poderes Públicos	98	104	99	93	96
Iluminação pública	5	5	5	5	5

Serviço Público	-	-	8	7	7
Total	14.898	15.385	15.753	16.041	16.705
Variação	0,03%	3,27%	2,39%	1,83%	4,14%

Comportamento do mercado

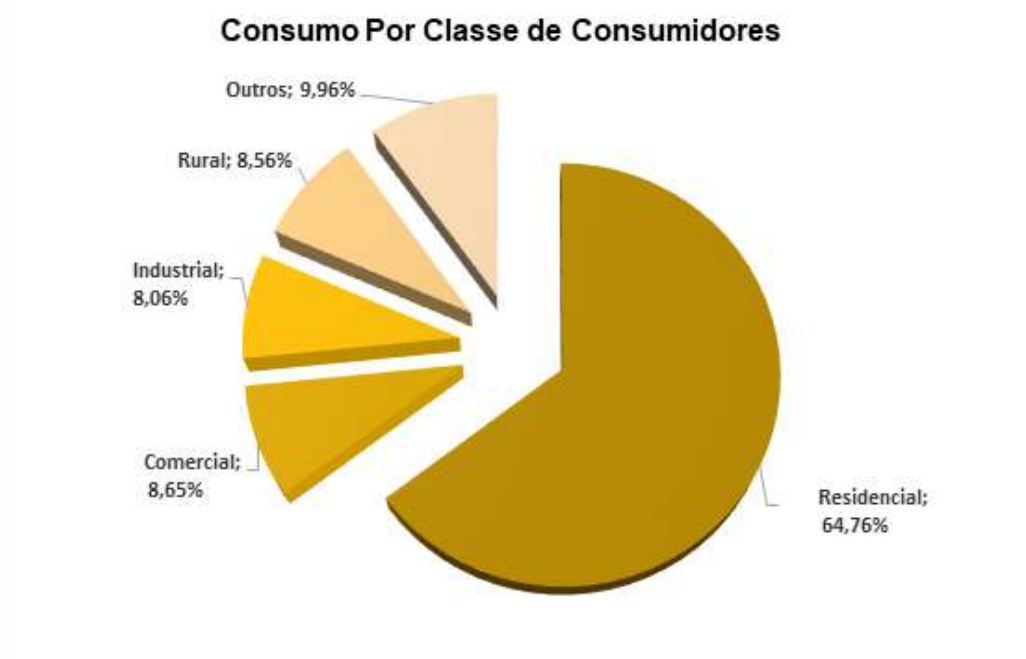
A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2020 foi de 44,16 GWh (42,15 GWh em 2019).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e o residencial. A classe comercial representa uma fatia de 8,65% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 17,90% em relação ao ano de 2019. A classe residencial representa 64,76% do segmento de mercado e apresentou um crescimento na ordem de 4,88% em relação ao ano de 2019.

Segue abaixo tabela com a evolução do mercado nos últimos 5 anos e gráfico com a representatividade do consumo por classe de consumidores.

Mercado Atendido - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
Energia Faturada	39,72	39,87	39,92	42,15	44,16
Fornecimento	39,72	39,87	39,92	42,15	44,16
Residencial	25,32	25,66	25,60	27,27	28,60
Comercial	3,72	3,60	3,40	3,24	3,82
Industrial	2,75	3,10	3,30	3,72	3,56
Rural	4,70	4,24	3,64	3,84	3,78
Poderes Públicos	1,03	0,56	0,98	0,99	0,74
Iluminação Pública	2,19	2,72	2,76	2,85	3,40

Serviço Público	-	-	0,23	0,24	0,26
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	39,72	39,87	39,92	42,15	44,16
Variação	-2,69%	0,38%	0,12%	5,59%	4,77%

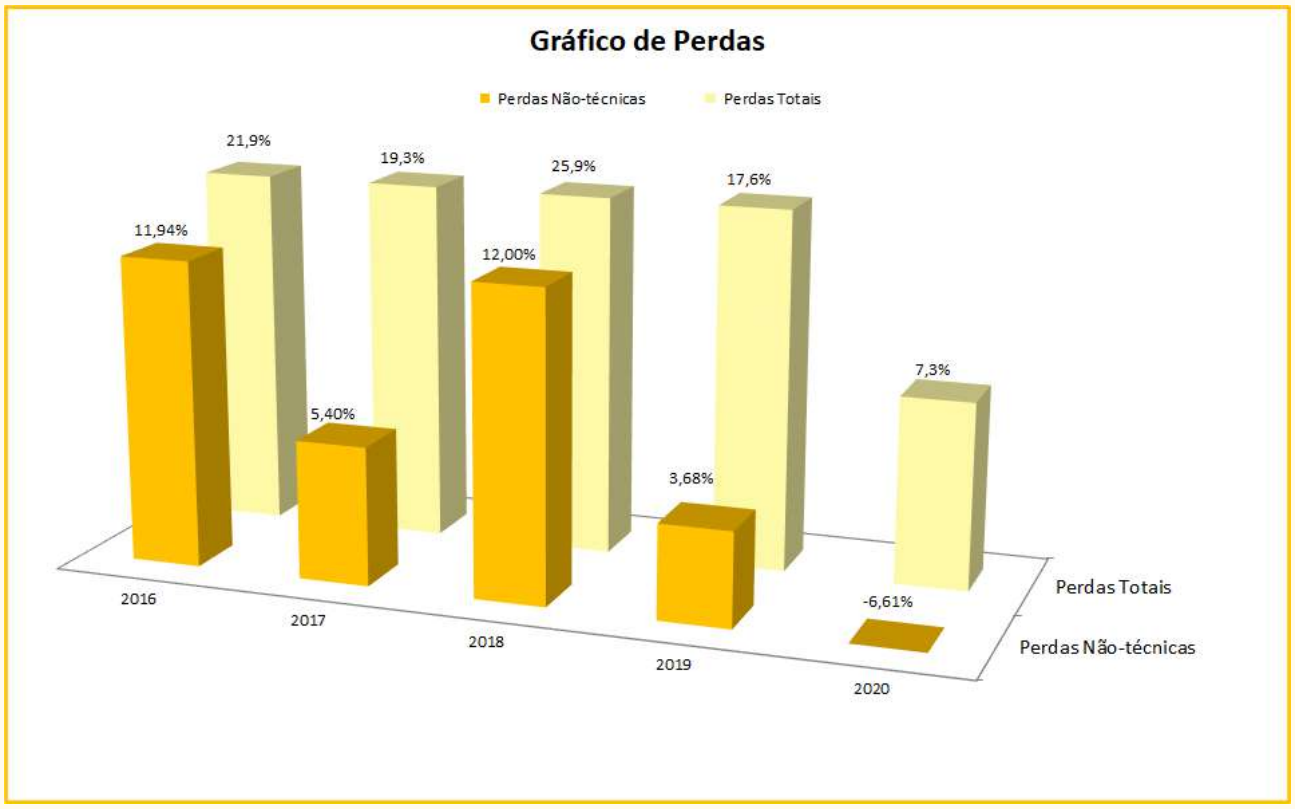


Balanço Energético

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução positiva de 7,30% em 2019 para 2020. Esta melhora está relacionada ao trabalho feito com a melhora nos controles internos, um acompanhamento em campo da rede de distribuição e melhor utilização dos equipamentos.

Energia Requerida - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
Venda de Energia	39,72	39,87	39,92	42,15	44,16
Fornecimento	39,72	39,87	39,92	42,15	44,16
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres /Dist./ Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	**39,72**	**39,87**	**39,92**	**39,92**	**39,92**
Perdas na Rede Básica	-				
Perdas na Distribuição	11,16	9,53	13,80	8,95	3,43
Perdas Técnicas	5,08	6,86	7,40	7,07	6,55
Perdas não Técnicas - PNT	6,08	2,67	6,39	1,87	(3,12)
PNT / Energia Requerida %	11,94%	5,40%	12,00%	3,68%	-6,61%
Perdas Totais - PT	**11,16**	**9,53**	**13,80**	**8,95**	**3,43**

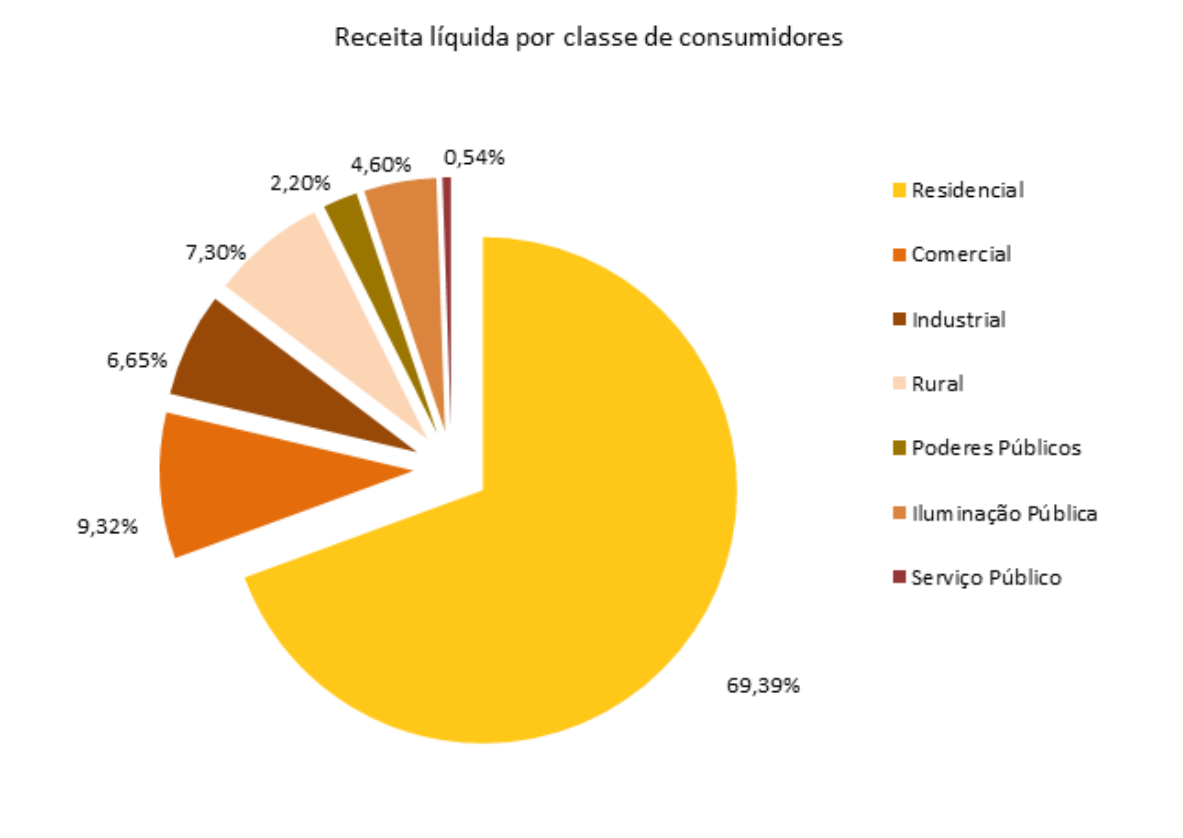
PT / Energia Requerida %	21,9%	19,3%	25,9%	17,6%	7,3%
Total	50,88	49,40	53,30	50,93	47,14



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R$/MIL 38.125,80 conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R$ Mil

Classe	2020	2019	%
Residencial	26.455,44	23.415,42	12,98%
Comercial	3.552,42	3.172,36	11,98%
Industrial	2.536,59	2.200,93	15,25%
Rural	2.782,64	2.434,09	14,32%
Outros	**2.798,71**	**2.452,61**	**20,23%**
Poderes Públicos	838,33	917,59	-8,64%
Iluminação Pública	1.754,17	1.361,26	28,86%
Serviço Público	206,21	173,76	0,00%
Total	**38.125,80**	**33.675,41**	**13,22%**



Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2020, apresentou um crescimento de 4,14% se comparado ao mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2020	2019	Var %
Residencial	15.307	14.695	4,16%
Comercial	660	617	6,97%
Industrial	29	29	0,00%
Rural	601	595	1,01%
Outros	**108**	**105**	**2,86%**
Poderes Públicos	96	93	3,23%
Iluminação Pública	5	5	0,00%
Serviço Público	7	7	0,00%
Total	**16.705**	**16.041**	**4,14%**

A CERCI não distribuiu energia de forma direta no exercício 2020, caracterizando seu mercado 100% de Consumidores Cativos.

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2020, atingiu R$/MIL 935,16 /MWh, representando um aumento de 4,76% com relação a dezembro de 2019.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R$/MW/h
Residencial	979,23
Comercial	979,23
Industrial	979,23
Rural	802,97

Tarifa Por faixa de Consumo Residencial Baixa Renda	01 -30 KWh	31-100 KWh	101 - 220 KWh	acima de 220 KWh
Tarifas Brutas	0,319310	0,547380	0,822070	0,912300

Qualidade do Fornecimento

Iniciamos no ano 2018 o processo de apuração dos indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). Os mesmos começaram a ser enviados a partir do exercício de 2019, conforme prazo concedido pela ANEEL.

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2016	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00
2018	56,88	27,24	3,001
2019	66,75	27,76	2,666
2020	39,79	21,09	2,548

Atendimento ao Consumidor - A CERCI possui 04 escritórios, sendo um em Papucaia, um em Rio Bonito, um em Maraporã com atendimento de 8 horas/diárias no horário comercial e um outro em Sambaetiba com atendimento de 4 horas/diárias.

Universalização - A CERCI já participou do Programa Luz para Todos no ano de 2010. Atualmente, em virtude de sua regulamentação, faz o levantamento da área a ser universalizada, bem como da possível participação em mais uma etapa do Programa Governamental denominado “Luz para Todos”.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Foram comprados durante o ano de 2020, novos computadores, aumento da velocidade do link de internet, upgrade nos servidores da empresa, troca de todo cabeamento de rede estruturada na sede da empresa, incluindo rede de dados, telefonia e câmeras, melhoria na passagem do cabeamento estruturado na área externa da empresa, disponibilização de uma nova sala rede para acomodação adequada da infraestrutura cabeada e outros equipamentos, compra de duas novas racks de rede para acomodação adequada dos equipamentos de rede, telefonia e câmeras, compra de novos switches de rede, troca e substituição de

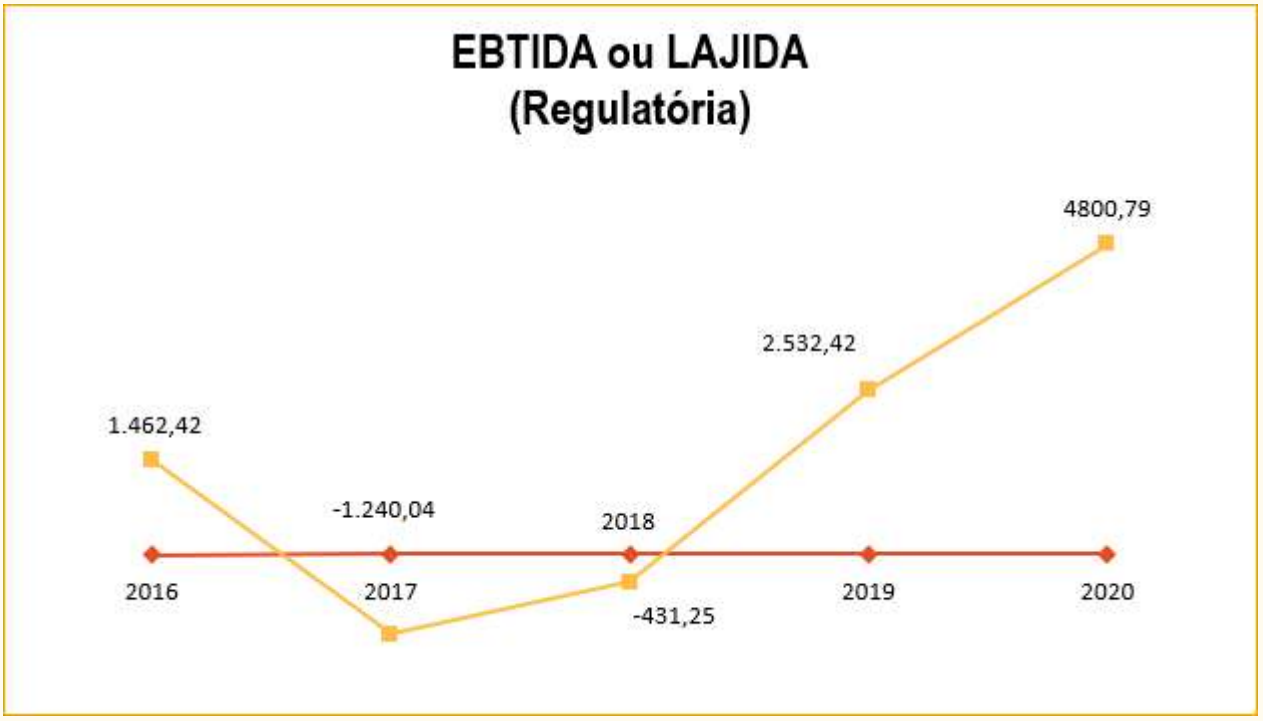
diversas câmeras e DVRs com alta qualidade de imagem, melhora no processo de backup com inserção de storage e backup na nuvem, aquisição de 03 rádios Portátil e 01 rádio Móvel, instalação de antena repetidora na comunidade do Estreito.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita operacional líquida societária atingiu R$/MIL 41.385,44 enquanto em 2019 situou-se em R$/MIL 37.136,10, um aumento de 11,44%.

As despesas operacionais totalizaram em 2019 R$/MIL 39.665,13 e 5,10% superior ao ano de 2019, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram uma redução de (2,58%)% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 4,13% contra 0,13% em 2019.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R$/MIL 4.800,79 , superior em 89,57 % a 2019, que foi de R$/MIL 2.532,42 conforme quadro abaixo:



Investimentos: No exercício de 2019 e 2020 a CERCI não realizou o envio do PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Devido a um comunicado em resposta a Superintendência de Regulação

dos Serviços de Distribuição – SRD, estamos isentos do envio das informações do PDD também em 2021, na qual justificamos o não preenchimento dos quadros demonstrativos.

Em 2020, os investimentos da Companhia, importaram em R $2.973,91 mil, 0,54% superiores em relação a 2019 que foi de R $2.958,04 mil realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

Valor Adicionado

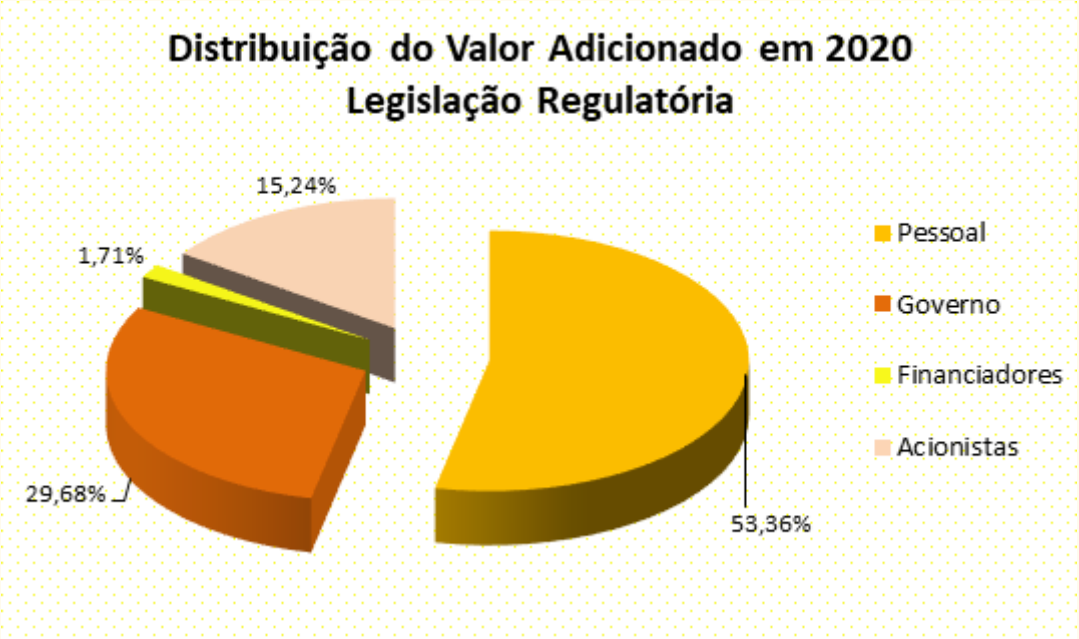
Em 2020, o Valor Adicionado líquido gerado como riqueza pela Cooperativa foi de R$/MIL 15.773,38 representando 35,91% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

CERCI - Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda.
CNPJ no 27.707.397/0001-02
Demonstração do Valor Adicionado DVA - Encerrado em 31 de Dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação regulatória	
	2020	**2019**
Receitas	43.932,78	39.525,98
Venda de energia e serviços	43.920,35	39.720,65
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-222,80	-548,17
Resultado não operacional	235,23	353,50
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-25.241,64	-22.916,45
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-1.358,51	-1.189,48
Material e serviços de terceiros	-23.883,13	-21.726,97

(=) Valor adicionado bruto	18.691,14	16.609,53
(-) Quotas de reintegração	-2.917,76	-2.847,98
(=) Valor adicionado líquido	15.773,38	13.761,55
(+) Valor adicionado transferido	562,12	502,89
Receitas (Despesas) financeiras	562,12	502,89
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	16.335,50	14.264,44
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	8.716,68	8.974,71
Remunerações	6.807,18	6.931,98
Encargos sociais (exceto INSS)	592,82	579,92
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	722,37	0,00
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	1.325,98	2.028,71
Participação nos resultados	0,00	0,00

Custos imobilizados	-731,67	-565,90
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	4.849,05	4.789,72
INSS (sobre folha de pagamento)	2.286,68	2.186,37
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	27,44	18,80
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	2.534,93	2.584,55
Financiadores	279,56	422,72
Juros e variações cambiais	0,00	154,82
Aluguéis	279,56	267,90
Acionistas	2.490,21	77,29
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	2.490,21	77,29
Valor adicionado (médio) por empregado	104,05	95,73



Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa, tem como objetivo a aplicação de todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores, mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Cooperativa, com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social, constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 15% para a RATES e de 15% para Reserva de Desenvolvimento.

Com relação aos resultados decorrentes de Atos Cooperativos, a Sobra líquida após a constituição das reservas, foi revertida para a Reserva Legal. Quanto ao resultado decorrente de Atos não Cooperativos, os Prejuízos apurados foram absorvidos pelas Reserva Legal, conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Cooperativa era de R$ 2.189,01 mil, com quota de valor nominal atual de R$ 5,00.

GESTÃO

Com muito orgulho, comemoramos nosso Jubileu, nos tornamos uma Permissionária, implantamos o SGQ Sistema de Gestão da Qualidade, que nos ocasionou a certificação da ISO 9001, e hoje, estamos avançando significativamente para atingir a meta da melhor permissionária da região sudeste, apesar de ainda estarmos enfrentando, no País, um grave quadro de pandemia COVID-19.

Planejamento Empresarial: A proposta tem o objetivo de mostrar a importância que deve ser dada à simbiose entre administração e cooperados/consumidores, como ferramenta de gestão responsável no sentido de maximizar a fidelidade pelo desenvolvimento da sociedade cooperativa, fazendo entender que o objetivo da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de distribuição de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade a sua cadeia de custo. A ênfase dada orienta-se, sobretudo, por aspectos relevantes voltados para o planejamento estratégico.

Planejamento Estratégico:

Missão: Distribuir energia elétrica com qualidade, segurança, transparência nas ações e excelência em serviços. Promovendo o cooperativismo e contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais e urbanas.

Visão: Vir a ser reconhecida até 2021 na região sudeste, como a cooperativa referência na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

Valores: Comprometimento, Excelência, Responsabilidade socioambiental, Consciência cooperativista e Isonomia (tratar com igualdade).

Gestão pela Qualidade: O Sistema de Gestão da Qualidade é uma ferramenta que tem o foco voltado para o interesse do cliente, além de buscar a melhoria contínua dos processos. O SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade) consegue controlar e padronizar os processos, medir a eficácia das ações tomadas para atingir a qualidade.
A administração revisou todos os procedimentos dos processos certificados do sistema de Gestão da Qualidade e mantém o acompanhamento do Plano Anual de Treinamento, e Capacitação dos Colaboradores, do envio dos Indicadores de Qualidade, de reclamações procedentes, Coletivos de

Continuidade - DEC e FEC, acompanhamento do envio dos Indicadores de Medição de Tensão, bem como auditoria Interna e externa dos processos Certificados (Recertificação ISO 9001).

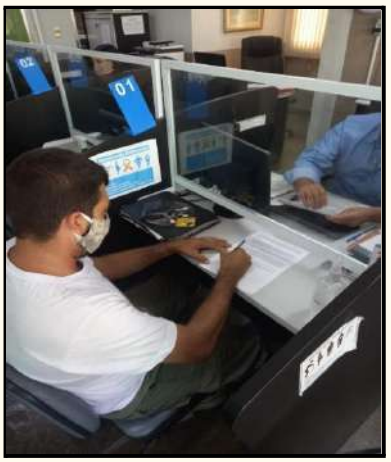
Recursos Humanos: A CERCI realizou no ano de 2020, 9.934 horas de treinamento de seus colaboradores, que correspondem a uma média de 63h por profissional, investindo R$/MIL 18,12 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, com o objetivo de melhorar a qualidade de seus serviços e atender a requisitos da Certificação ISO 9001 que preconiza a atualização técnica e profissional: Capacitação de Eletricista de Distribuição - 200 hs, NR 05 - Formação de Membros CIPA, NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade – Básico, NR 10 - Sistema Elétrico de Potência -SEP, NR 35 - Trabalho em Altura, curso de Excelência no Atendimento, NR-06 Equipamentos de Proteção Individual EPI, Seminário ISO (auditor Interno do Sistema de Gestão da Qualidade), Gestão de Risco, NR-23 Combate a Incêndio, Curso de Eletricista de Rede (Capacitação - Prova de Equivalência), Capacitação dos integrantes do SGQ (Sistema de Gestão de Qualidade

a) Auxílio Alimentação: R$/MIL 722,37;

b) Auxílio Médico e Odontológico: R$/MIL 1.109,65; e

c) Seguro de Vida/Assistência Funeral: R$/MIL 57,70.

Quadro Societário: A administração consolidou ações estratégicas para ajustar e estruturar o controle do quadro societário, de acordo com o modelo cooperativista, capaz de atender claramente a necessidade de Gestão do capital social e aos critérios estabelecidos para o cadastro individual dos cooperados e consumidores, bem como respectivas informações de suas unidades consumidoras, determinados pela Resolução ANEEL 414/2010, Lei federal 5764/71 e o Código civil.



Gestão de Frota: Foram adquiridas 02 caminhonetes Hilux, cabine dupla da marca Toyota, aquisição de Caminhão, com Munck, cesto duplo, carroceria, cabine auxiliar para 04 pessoas, climatizado, com 02 portas. Equipado com guincho de tração para caminhão, aquisição de 01 Escada de fibra perfil “U” 10 metros, com plataforma e baús laterais, para instalação em caminhonete, para agilização e operacionalização dos pequenos serviços.

Melhorias nas Instalações Prediais: Construção de prédio anexo destinado para utilização do arquivo, reforma da cozinha, reparos e manutenção e pinturas na sede. A construção do Prédio anexo e a reforma da cozinha foram realizados com recursos obtidos através da venda de sucatas. Construção da escada de acesso ao auditório passando a ter uma saída de emergência e Sistema especializado contra incêndio e pânico, devidamente certificado pelo Corpo de Bombeiros.

Responsabilidade Social: Buscando a realização de ações sociais, a cooperativa firmou convênio com universidades e com drogarias para atender aos associados e colaboradores. Promoveu Curso Gratuito On-Line de Planejamento Financeiro. Participou de uma parceria para construção de pontes, na zona rural de Cachoeiras de Macacu. Como não foi possível a realização do dia C - Dia de Cooperar (Devido a Pandemia), foi oferecido lembranças para os filhos dos colaboradores, em comemoração ao dia das crianças. Também teve a efetiva participação no programa jovem aprendiz e participou do projeto CARBONO ZERO, no Centro Educacional Ambiental (SOS VIDA SILVESTRE).

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Outorgada em números regulatórios

Outorgada em números	2020	2019	%
Atendimento			
Número de consumidores	16.705	16.041	**4,14%**
Número de empregados	157	150	**4,67%**
Número de consumidores por empregado	106	107	**-0,50%**
Número de localidades atendidas	6	6	**0,00%**
Número de agências	1	1	**0,00%**
Número de postos de atendimento	2	2	**0,00%**
Número de postos de arrecadação	-	-	**0,00%**
Mercado			
Área de Permissao (Km^2)	14.396,01	14.396,01	**0,00%**
Geração própria (GWh)	0	0	**0,00%**
Demanda máxima (MWh/h)	10,77	12,13	**-11,18%**
Distribuição direta (GWh)	44,05	42,17	**0,00%**
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.808,00	1.783,00	**1,40%**
Tarifas médias de fornecimento (R$ por MWh)	935,17	840,94	**11,20%**
Total (exceto curto prazo)	0	0	**0,00%**
Residencial	979,23	894,62	**9,46%**
Comercial	979,23	894,62	**9,46%**
Industrial	979,23	894,62	**9,46%**
Rural	802,97	679,91	**18,10%**
Suprimento	18.638,83	16.941,18	**0,00%**
DEC (horas)	39,79	66,75	**0,00%**
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	25,741	25,741	**0,00%**

População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	22,463	22,463	**0,00%**
FEC (número de interrupções)	21,09	27,76	**0,00%**
Número de reclamações por 1.000 consumidores	55,00	56,26	**0,00%**

Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	**0,00%**
Número de subestações	0	0	**0,00%**
Linhas de transmissão (Km)	0	0	**0,00%**
Linhas de distribuição (Km)	1403,89	1376,82	**1,97%**
Capacidade instalada (MW)	51,52	49,93	**3,18%**
Financeiros			
Receita operacional bruta (R$ mil)	43.920,35	39.720,65	**10,57%**
Receita operacional líquida (R$ mil)	41.385,44	37.136,10	**11,44%**
Margem operacional do serviço líquida (%)	6,13%	6,96%	**-11,99%**
EBITDA OU LAJIDA	4.800,79	2.532,42	**89,57%**
Lucro líquido (R$ mil)	2.490,22	77,28	**3122,33%**
Lucro líquido por mil cotas	0,50	0,02	**3122,33%**
Patrimônio líquido (R$ mil)	60.274,91	58.191,09	**3,58%**
Valor patrimonial por cota R$	12.054,98	11.638,22	**3,58%**
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,04	0,00	**3010,93%**
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,24	0,18	**34,66%**
Em moeda nacional (%)	0,24	0,18	**34,66%**
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	**0,00%**
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	2.308,81	2.256,72	**2,31%**
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	112,61	117,86	**-4,46%**
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	1,10	1,05	**4,89%**
Retorno de ativos por unidade	0,04	-0,01	**500,00%**

Agradecimentos

Ao fim do exercício de 2020, queremos agradecer a Deus, aos membros do Conselho de Administração, e, estender esse agradecimento a todos cooperados, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nosso principal objetivo, que é a distribuição de energia elétrica com qualidade.

Agradecemos também aos membros do Conselho Fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate de questões de maior interesse para a CERCI.

Demonstramos ainda, nosso sincero reconhecimento a dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente aos associados, nossa razão de existirmos, bem como a todos os demais, que contribuíram para o cumprimento da missão desta cooperativa.

Cachoeiras de Macacu, 04 de Abril de 2021

A Administração

HELON ALVES MARINS

Presidente

LAFAIETE AUGUSTO DA COSTA

Secretário

JEANNE CORRÊA DE PAULO SANTOS

CONTADORA

CRC/RJ: 100069/O-9

Balanço Patrimonial

Regulatório

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

CERCI - Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda.
CNPJ no 27.707.397/0001-02
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2020	**2019**
Ativos		
Ativo Circulante	**19.047,01**	**13.714,71**
Caixa e equivalentes de caixa	3.083,72	867,52
Consumidores	9.070,31	7.545,77
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	2,53
Tributos compensáveis	170,05	134,14
Depósitos judiciais e cauções	36,50	36,50
Almoxarifado operacional	396,27	256,16
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	119,39	80,11
Ativos financeiros setoriais	5.130,50	3.936,19
Despesas pagas antecipadamente	128,36	134,68
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	911,91	721,11
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	**55.718,25**	**54.865,44**
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis		
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	1,32	0,98
Empréstimos	-	-

Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	495,22	461,87
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	55.127,49	54.282,39
Intangível	94,22	120,20

Total do ativo	**74.765,26**	**68.580,15**

Passivo

Passivo Circulante	**13.095,52**	**8.985,69**
Fornecedores	2.971,33	2.547,17
Empréstimos, financiamentos e debêntures	833,54	677,52
Obrigações sociais e trabalhistas	719,77	680,00
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	641,60	590,35
Provisão para litígios	199,45	130,50
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	622,55	455,57
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	5.724,74	2.753,84
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	1.382,54	1.150,74
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	**1.394,83**	**1.403,38**
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	86,88	141,04

Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	130,87	203,36
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	1.177,08	1.058,98
Total do passivo	**14.490,35**	**10.389,07**
Patrimônio líquido	**60.274,91**	**58.191,08**
Capital social	2.189,01	2.184,17
Reservas de capital	(3.823,95)	(1.929,44)
Outros resultados abrangentes	29.038,25	31.343,99
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	26.468,96	23.481,72
Sobras à disposição da Assembleia	6.402,64	3.110,64
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	**60.274,91**	**58.191,08**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**74.765,26**	**68.580,15**

Demonstração do Resultado do Exercício

Regulatório

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2020	2019
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	**43.920,35**	**39.720,65**
Fornecimento de energia elétrica	9.426,61	9.198,73
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	28.803,60	25.117,97
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	365,04	112,44
Serviços cobráveis	78,62	109,80
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	5.246,48	5.181,71
Outras receitas	-	-
Tributos	**(52,56)**	**(38,07)**
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(9,36)	(6,78)
Cofins	(43,20)	(31,29)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	**(2.482,37)**	**(2.546,48)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.298,34)	(1.947,31)

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(94,32)	(88,74)
Outros encargos	(89,71)	(510,43)

Receita líquida / Ingresso líquido	**41.385,42**	**37.136,10**

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	**(19.760,55)**	**(17.679,24)**
Energia elétrica comprada para revenda	(19.760,55)	(17.679,24)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	**21.624,87**	**19.456,86**

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	**(19.669,34)**	**(19.708,84)**
Pessoal e administradores	(11.768,73)	(11.811,03)
Material	(1.347,34)	(1.353,65)
Serviços de terceiros	(2.775,24)	(2.694,08)
Arrendamento e aluguéis	(279,56)	(267,90)
Seguros	(64,74)	(79,15)
Doações, contribuições e subvenções	(34,52)	(32,66)
Provisões	(254,47)	(484,58)

Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	85,68	88,53
Tributos	(171,03)	(152,11)
Depreciação e amortização	(2.917,76)	(2.847,98)
Gastos diversos	(376,86)	(427,73)
Outras Receitas Operacionais	693,02	722,16
Outras Despesas Operacionais	(457,79)	(368,66)
Resultado da Atividade	**1.955,53**	**(251,98)**
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	**562,12**	**348,07**
Despesas financeiras	(232,19)	(205,12)
Receitas financeiras	794,31	553,19
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	**2.517,65**	**96,09**
Despesa com impostos sobre os lucros	**(27,44)**	**(18,80)**
Resultado líquido das operações em continuidade	**2.490,21**	**77,29**
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	**1,14**	**0,04**

básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	1,14	0,04
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2020	**2019**
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-

Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-

Atribuível a:

Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Regulatório

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.180,92**	**-**	**33.833,30**	**-**	**(46,51)**	**23.359,56**	**(656,85)**	**-**
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	3,25	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	(559,86)	-	-	-	1.929,44	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(54,16)	-	-	(16,11)	38,04		-
(+/-) Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	(1.875,28)	(1.929,44)	-	-	(656,85)	750,24	-
Reserva legal	-	-	-	-	46,51	150,37	(196,87)	-
FATES	-	-	-	-	(38,05)	295,30	(295,30)	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	54,16	-	1.875,28	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-

Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-		-	295,30	(295,30)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.184,17**	**(1.929,44)**	**31.344,00**	**-**	**-**	**23.481,72**	**3.110,64**	**-**
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	4,84	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	(2.305,74)	-	-	-	1.894,51	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-		-	-	37,81		-	-
(+/-) Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-			-	-		2.452,41	-
Reserva legal	-	-	-	-		1.610,98	(1.610,98)	-
FATES	-	-	-	-	(86,91)	731,58	(644,67)	-
Reserva de Capital	-	(1.894,51)	-	-	49,10	-	1.845,41	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-		-	644,68	(644,68)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.189,01**	**(3.823,95)**	**29.038,26**	**-**	**0,00**	**26.468,96**	**6.402,64**	**-**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Regulatório

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

CERCI - Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí Ltda.

CNPJ no 27.707.397/0001-02

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

(Método Direto)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.929,19**	**1.180,43**
Fornecimento de Energia	39.149,16	36.153,88
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	5.077,45	5.067,80
Outros Recebimentos Operacionais	1.159,44	521,54
Fornecedores - Materiais e Serviços	(9.592,63)	(7.110,31)
Fornecedores - Energia Elétrica	(19.557,47)	(17.827,55)
Salários e Encargos Sociais	(5.753,50)	(5.622,40)
Tributos sobre a Receita - Federal	(3.743,55)	(3.580,04)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(82,92)	(158,11)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(31,30)	(16,19)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(2.127,53)	(2.318,73)
Outras Despesas Operacionais	(2.567,96)	(3.929,46)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(748,09)**	**(1.438,93)**
Aquisição de Participações Societárias	24,13	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(775,37)	(1.448,19)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	3,15	9,26
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**1.181,10**	**(258,50)**

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**1.035,10**	**(241,26)**
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.870,26	689,68
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(835,16)	(930,94)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**2.216,20**	**(499,76)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.216,20**	**(499,76)**

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.216,20**	**(499,76)**

No início do exercício	**867,52**	**1.367,28**
No fim do exercício	**3.083,72**	**867,52**

Notas Explicativas

Regulatório

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um reajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda exceda 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar

que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

01. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios

especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social .
Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente representa 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS						
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
DESCRIÇÃO	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Total 2020	Total 2019
Fornecimento de Energia	**5.004,71**	**-**	**1.669,60**	**278,91**	**351,69**	**1.576,06**	**(1.809,11)**	**1.647,58**	**-**	**-**	**-**	**(134,88)**	**8.584,56**	**7.168,24**
Residencial	2.341,49	-	968,99	83,81	130,90	581,03	(799,43)	903,51	-	-	-	(115,50)	4.094,80	3.310,28
Industrial	227,51	-	11,84	-	74,99	139,09	(139,09)	347,21	-	-	-	(4,97)	656,58	670,84
Comercial	338,10	-	103,51	1,78	7,37	94,63	(102,00)	65,95	-	-	-	(14,41)	494,93	403,17
Rural	218,52	-	52,69	0,42	0,10	3,63	(3,63)	77,30	-	-	-	-	349,03	306,08
Poderes Públicos	77,61	-	72,75	41,07	42,54	235,67	(235,67)	253,61	-	-	-	-	487,58	440,45
Iluminação Pública	162,03	-	459,82	151,83	95,79	522,01	(522,01)	-	-	-	-	-	869,47	630,57
Serviço Público	15,96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,96	14,63
Serviço Taxado	28,85	-	-	-	-	-	(7,28)	-	-	-	-	-	21,57	18,97
Fornecimento Não Faturado	1.594,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.594,64	1.373,25
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	485,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	485,75	377,53
Total	**5.490,46**	**-**	**1.669,60**	**278,91**	**351,69**	**1.576,06**	**(1.809,11)**	**1.647,58**	**-**	**-**	**-**	**(134,88)**	**9.070,31**	**7.545,77**	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

1 - Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;

2 - Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;

b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;

c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

A Provisão para Devedores Duvidosos em 2020 (R$ 1.809,11/Reais mil) aumentou 12,99% em relação ao ano de 2019 (R$ 1.503,54/Reais mil)

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferên-cia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	**75.688,30**	**3.273,18**	**(464,42)**	**-**	**(1.659,94)**	**76.837,12**	**2.808,76**	**(30.632,56)**	**46.204,55**	**46.362,36**	**-**	**-**	**-**
Terrenos	400,00	-	-	-	-	400,00	-	-	400,00	400,00	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	617,62		-	-	-	617,62	-	(232,57)	385,05	405,57	-	-	-
Máquinas e equipamentos	72.953,00	2.973,91	(464,42)	-	(1.659,94)	73.802,54	2.509,49	(29.155,84)	44.646,70	44.915,43	-	-	-
Veículos	1.681,40	296,16		-	-	1.977,56	296,16	(1.224,02)	753,54	623,42	-	-	-
Móveis e utensílios	36,28	3,11	-	-	-	39,39	3,11	(20,14)	19,26	17,94	-	-	-
Administração	**746,77**	**112,57**	**-**	**-**	**-**	**859,34**	**112,57**	**(339,25)**	**520,10**	**451,57**	**-**	**-**	**-**
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	267,94	-	-	-	-	267,94	-	(161,66)	106,28	115,20	-	-	-
Máquinas e equipamentos	379,04	112,57	-	-	-	491,61	112,57	(125,28)	366,33	284,44	-	-	-

Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	99,79		-	-	-	99,79	-	(52,30)	47,49	51,93	-	-	-
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**76.435,07**	**3.385,76**	**(464,42)**	**-**	**(1.659,94)**	**77.696,46**	**2.921,34**	**(30.971,81)**	**46.724,65**	**46.813,93**	**-**	**-**	**-**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	**Valor bruto em 31/12/2019**	**Adições (A)**	**Baixas (B)**	**Transferência (C)**	**Reavaliação**	**Valor bruto em 31/12/2020**	**Adições Líquidas (A)-(B)+(C)**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido em 31/12/2020**	**Valor Líquido em 31/12/2019**	**Obrigações Especiais Brutas**	**Amortização Acumulada**	**Obrigações Especiais Líquidas**
Geração	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Distribuição	**7.435,81**	**4.143,19**	**-**	**(3.409,49)**	**-**	**8.169,51**	**733,70**	**-**	**8.169,51**	**7.435,81**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	5.506,79	2.914,33		(2.973,91)	-	5.447,22	(59,57)	-	5.447,22	5.506,79	-	-	-
Outros	1.929,02	1.228,86		(435,59)	-	2.722,29	793,27	-	2.722,29	1.929,02	-	-	-
Administração	**32,65**	**324,30**	**-**	**(123,63)**	**-**	**233,32**	**200,67**	**-**	**233,32**	**32,65**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	-	123,63		(123,63)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	32,65	200,67			-	233,32	200,67	-	233,32	32,65	-	-	-
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**7.468,46**	**4.467,49**	**-**	**(3.533,12)**	**-**	**8.402,83**	**934,37**	**-**	**8.402,83**	**7.468,46**	**-**	**-**	**-**

Total do Ativo Imobilizado	**83.903,53**	**7.853,25**	**(464,42)**	**(3.533,12)**	**(1.659,94)**	**86.099,29**	**3.855,71**	**(30.971,81)**	**55.127,48**	**54.282,39**	**-**	**-**	**-**

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	346,20	-	-	-	-	346,20	-	(251,98)	94,22	120,20

Softwares	346,20				-	346,20	-	(251,98)	94,22	120,20
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**346,20**	-	-	-	-	**346,20**	-	**(251,98)**	**94,22**	**120,20**
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-		-		-	-	-			
Outros	-	-	-	-	-	-	-			
Administração	-	-	-	-	-	-	-			

Softwares	-		-		-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Total do Ativo Intangível	**346,20**	**-**	**-**	**-**	**-**	**346,20**	**-**	**(251,98)**	**94,22**	**120,20**

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	**72.953,00**	**2.973,91**	**(464,42)**	**-**	**(1.659,94)**	**73.802,54**	**2.509,49**
Transformador de Distribuição	22.413,52	609,85	(185,26)	-	-	22.838,11	424,59
Medidor	1.842,35	367,08	(57,66)	-	(1.917,30)	234,47	309,42
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	4.276,04	1.371,03	(221,50)	-	776,02	6.201,58	1.149,53
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.680,67	625,95	-	-	(518,66)	1.787,96	625,95
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	42.740,42	-		-	-	42.740,42	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2020				2019
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	**8,00%**	**76.837,12**	**(30.632,56)**	**46.204,56**	**46.362,36**
Custo histórico	4,35%	25.549,01	(8.382,71)	17.166,30	15.018,37
Correção monetária especial	-	-	-	-	-

Reavaliação	3,65%	51.288,11	(22.249,85)	29.038,26	31.343,99
Administração	**5,53%**	**859,34**	**(339,25)**	**520,09**	**451,56**
Custo histórico	5,53%	859,34	(339,25)	520,09	451,56
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custo histórico	-	-	-	-	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custo histórico	-		-	-	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	**-**	**8.402,83**	**-**	**8.402,83**	**7.468,46**
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	8.169,51	-	8.169,51	7.435,81
Administração	-	233,32	-	233,32	32,65
Comercialização	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.104,77	311,65	537,13	-	-	132,93	3.086,48
Móveis e Utensílios	3,11	-	-	-	-	-	3,11
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	296,16	-	-	-	-	-	296,16
Total das Adições	**2.404,05**	**311,65**	**537,13**	**-**	**-**	**132,93**	**3.385,76**

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	
Barra de capacitores	6,7
Chave de distribuição	6,7
Condutor do sistema	5
Estrutura do sistema	5
Regulador de tensão	4
Transformador	5

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
Equipamento geral	10
Veículos	20

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (por critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R$ Mil
1 - CABO CONCENTRICO ANTIFURTO 1X10.	316,34
2 - MEDIDOR ELETRÔNICO DE ENERGIA BIFÁSICO	177,42
3 - HILUX CS DSL 4 X 4 MARCA TOYOTA	157,13
4 - TOYOTA HILUX CD DSL 4X4	139,03
5 - CABO AL PROTEGIDO XLPE 15KV 50MM CA (S/ALMA)	95,86
6 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 11 M, anterior até 600 daN	85,86

7 - TRANSFORMADOR BIFÁSICO 5KVA - 254-127V	76,11
8 - TRANSFORMADOR RELIGÁVEL 10KVA -254/127V	49,13
9 - TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 15KVA - 220/127V	37,44
10 - CONDUTOR DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO	15,73

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R$ Mil
1 - MEDIDOR ELETROMECÂNICO DE ENERGIA MONOFÁSICO	11,62
2 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO TRIFÁSICO	10,40
3 - POSTE DE CONCRETO DUPLO T, 11 M	8,96
4 - MEDIDOR ELETRÔNICO DE ENERGIA MONOFÁSICO	7,82
5 - TRANSFORMADOR BIFÁSICO 5KVA - 254-127V	7,03
6 - MEDIDOR ELETROMECÂNICO DE ENERGIA BIFÁSICO	5,32
7 - CABO CONCENTRICO ANTIFURTO 1X10.00+10.00MM 0.6/1	5,09
8 - CONDUTOR DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO, NÚ, BITOLA 4 AWG	4,81
9 - POSTE DE CONCRETO DUPLO T, 11M, anterior até 300 daN	4,69
10 - POSTE DE CONCRETO DUPLO T, 11M, anterior até 200 daN	3,99

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

A CERCI não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2020.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

I) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

II) Quota parte de energia nuclear

A CERCI, por ter um mercado anual inferior a 500 GWH, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

III) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

IV) Sobre contratação

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

V) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Em 2018, ocorreu nosso cálculo das Tarifas Iniciais, respaldado pela publicação da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.447 de 18 de setembro de 2018 para o ciclo de 2018 / 2019.

Em abril de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

Em abril de 2020 aconteceu o segundo Reajuste Tarifário. O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2020 e 2021, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R$ Mil	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	**3.936,19**	**5.203,55**	**(4.056,58)**	**3,03**	**44,31**	**5.130,50**	**1,18**	**5.129,34**	**5.130,50**	**-**
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	36,29	78,11	(0,06)	3,03	(39,02)	78,35	0,02	78,35	78,35	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.899,90	5.125,44	(4.056,52)	-	83,33	5.052,15	1,16	5.050,99	5.052,15	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total Ativos Financeiros Setoriais	**3.936,19**	**5.203,55**	**(4.056,58)**	**3,03**	**44,31**	**5.130,50**	**1,18**	**5.129,34**	**5.130,50**	**-**

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R$ Mil	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aquisição de Energia - (CVA energ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	**2.753,84**	**6.832,10**	**(2.827,28)**	**9,63**	**(1.043,56)**	**5.724,73**	**1,14**	**5.723,59**	**5.724,73**	**-**
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	158,48	198,06	(27,46)	9,63	(249,42)	89,29	0,29	89,00	89,29	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.595,36	6.634,04	(2.799,82)	-	(794,14)	5.635,44	0,85	5.634,59	5.635,44	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	**2.753,84**	**6.832,10**	**(2.827,28)**	**9,63**	**(1.043,56)**	**5.724,73**	**1,14**	**5.723,59**	**5.724,73**	**-**

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R$ Mil

																Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Financ. / Empréstimo Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Linha 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Empréstimo Moeda Nacional	-	833,54	86,88	920,42					-							38,62	48,26	-	-	-	-	86,88
FINANCIAMENTO ELETROBRÁS LPT EFS 0306/10	-	45,31	79,29	124,59	Sim	28/09/2010	Não há	RGR	0,05	30/01/2021	Mensal	30/01/2021	30/09/2023	Mensal	-	31,03	48,26	-	-	-	-	79,29
BANCO SICOOB CECREMEF - EMPRÉSTIMOS CAPITAL DE GIRO	-	788,23	-	788,23	Sim	02/12/2019	Aval/Fiança	-	25,10%	26/01/2021	Mensal	26/01/2021	26/01/2021	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	
CANOPUS CONSÓRCIOS	-	-	7,59		Sim	31/01/2019	Não há	-	0,00%	30/01/2021	Mensal	30/01/2021	30/12/2019	Mensal	-	7,59	-	-	-	-	-	7,59
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-

União 01	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Estado 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Mútuos Passivos	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	833,54	86,88	920,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38,62	48,26	-	-	-	-	86,88
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	833,54	86,88	920,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38,62	48,26	-	-	-	-	86,88
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	**Juros de Curto Prazo**	**Principal de Curto Prazo**	**Principal + Juros LP**	**Saldo Total**	**Adimplente**	**Datas de captação repactuação**	**Tipo de garanti a**	**Indexador ou Juros**	**Spread % a.a**	**Data Próximo Pgto Juros**	**Frequência Pgto Juros**	**Data Próxima Amortização**	**Vencimento Final**	**Frequência de Amortização**	**Sistemática de Amortização**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**Total**
Ativos Financeiros	-	**3.203,11**	**1,32**	**3.204,43**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalente de Caixa	-	**3.083,72**	-	**3.083,72**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	**119,39**	**1,32**	**120,71**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICOOB SIST. COOPERATIVISTA DE CRÉDITO DO BRASIL	-	-	1,32	**1,32**	Sim	-	Não há	Não há	-	30/01/2021	N.A.	30/01/2021	30/01/2021	N.A.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-
ANTECIPAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS	-	119,39	-	**119,39**	Sim	-	Não há	Não há	-	30/01/2021	N.A.	30/01/2021	30/01/2021	N.A.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R$/MIL

A CERCI não se utilizou de instrumentos derivativos em 2020 e 2019.

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R$ Mil Valor Contratado	Fair Value R$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R$/MIL

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2020	Total 2019
Dívida Bruta	**-**	**833,54**	**86,88**	**920,42**	**818,55**
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	833,54	86,88	920,42	818,55
Tributária PAES	-	-	-	-	
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrassetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrassetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	**-**	**(3.203,11)**	**(1,32)**	**(3.204,43)**	**(868,50)**
Alta Liquidez	-	(3.083,72)	-	(3.083,72)	-
Demais Aplicações Financeiras	-	(119,39)	(1,32)	(120,71)	(868,50)
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	**-**	**(2.369,57)**	**85,56**	**(2.284,01)**	**(49,95)**

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A CERCI não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2020 ou anterior.

9. Provisões para Litígios

R$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2019	**197,50**	**130,50**	**5,87**	**-**	**-**	**-**	**333,87**
Constituição	100,00	117,02		-	-	-	**217,02**
Baixas/reversão	(172,50)	(48,07)		-	-	-	**(220,57)**
Atualização	-	-	-	-	-	-	**-**
Saldos em 31/12/2020	**125,00**	**199,45**	**5,87**	**-**	**-**	**-**	**330,32**

10. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição.

Obrigações Especiais - R$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	**7,73%**	**(403,59)**	**-**	**-**	**(403,59)**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	**-**
Participação Financeira do Consumidor	3,71%	(3,23)	-	-	**(3,23)**
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,02%	(400,36)	-	-	**(400,36)**
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	**-**
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	**-**
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	**-**
Outros	**0,00%**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	**-**
Excedente de reativos	-	-	-	-	**-**
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	**-**
Outros	-	-	-	-	**-**

(-) Amortização Acumulada - AIS	**0,00%**	**4,02**	**-**	**-**	**4,02**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	**-**
Participação Financeira do Consumidor	-	0,03	-	-	**0,03**
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	3,99	-	-	**3,99**
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	**-**
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	**-**
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	**-**
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	**-**
Excedente de reativos	-	-	-	-	**-**
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	**-**
Outros	-	-	-	-	**-**
Total	**0,00%**	**(399,57)**	**-**	**-**	**(399,57)**

Obrigações Especiais - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em serviço	**(281,47)**	**(122,12)**	**-**	**-**	**-**	**(403,59)**	**(122,12)**	**4,02**	**(399,57)**	**(281,47)**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(3,23)	-	-		-	(3,23)	-	0,03	(3,20)	(3,23)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(278,24)	(122,12)	-	-	-	(400,36)	**(122,12)**	3,99	(396,37)	(278,24)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor			-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-		-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**(281,47)**	**(122,12)**	**-**	**-**	**-**	**(403,59)**	**(122,12)**	**4,02**	**(399,57)**	**(281,47)**

Obrigações Especiais - R$ Mil	**Valor Bruto em 31/12/2019**	**Adições (a)**	**Baixas (b)**	**Transferências (c)**	**Reavaliação**	**Valor Bruto em 31/12/2020**	**Adições Líquidas (a)-(b)+(c)**	**Amortização Acum.**	**Valor Líquido em 31/12/2020**	**Valor Líquido em 31/12/2019**
Em Curso	**(777,51)**	**(122,12)**	**-**	**122,12**	**-**	**(777,51)**	**-**	**-**	**(777,51)**	**(777,51)**
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-		-		-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(122,12)	-	122,12	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(777,51)	-	-	-	-	(777,51)	-	-	(777,51)	(777,51)
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Total	**(777,51)**	**(122,12)**	**-**	**122,12**	**-**	**(777,51)**	**-**	**-**	**(777,51)**	**(777,51)**

As principais adições (por critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R$ Mil
1 - SUBVENÇÃO AO SISTEMA CONCEDIDO REF. A ENERGIZAÇÃO DA QUERÊNCIA NEGÓCIO	113,59
2 - SUBVENÇÃO AO SISTEMA	8,53
3 -	
4 -	
5 -	
6 -	
7 -	
8 -	
9 -	
10 -	

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A CERCI não apresentou baixas de obrigações especiais no exercício de 2020.

Obrigações Especiais por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	**(3,23)**	**0,03**	**(3,20)**
Data de aquisição: 09/2019	(3,23)	0,03	(3,20)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	**(400,36)**	**3,99**	**(396,37)**
Data de aquisição: 09/2019	(105,48)	1,05	(104,43)
Data de aquisição: 10/2019	(21,15)	0,21	(20,94)
Data de aquisição: 11/2019	(151,61)	1,51	(150,10)
Data de aquisição: 06/2020	(8,53)	0,09	(8,44)
Data de aquisição: 10/2020	(113,59)	1,13	(112,46)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento			

Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda			
Excedente de reativos			
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	**(403,59)**	**4,02**	**(399,57)**

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 representa R$ 2.189,01 (Reais/mil), sendo composto por 437,80 cotas de responsabilidade limitada de R$ 5,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
José Carlos de Souza Rocha	3,19	0,0007
Daniel de Carvalho Machado	48,88	0,0112
Luiz Romualdo Vieira da Silva	18,80	0,0043
Luiz Antonio Barbosa Ramos	29,44	0,0067
Paulo Fernandes Ecard Espindola	68,13	0,0156
Jorge José Salvaya	65,80	0,0150
Josuel de Castro	18,80	0,0043
Helon Alves Martins	65,80	0,0150
Jorge Luiz Brantes dos Santos	65,80	0,0150
Francilino Penco da C. Morais	18,80	0,0043
Júnia Marcia Nunes da Silva Borges	18,80	0,0043
Odilon Antônio da Silva	18,80	0,0043
Lafaiete Augusto da Costa	40,78	0,0093
Demais Cooperados	437.319,78	99,8899
TOTAL	**437.801,60**	**100,00**

Outros Resultados Abrangentes

	2020	2019
Ajustes de Elementos do Ativo - Reservas de Reavaliação	29.038,26	31.344,00
Total	**29.038,26**	**31.344,00**

Reservas de Capital

	2020	2019
Outros	-3.823,95	-1.929,44
Total	**-3.823,95**	**-1.929,44**

Reservas de Sobras

	2020	2019
Reserva legal	3.837,81	2.226,82
Lucros a realizar	-	-
FATES	4.584,30	3.852,72
Reservas Estatutárias	18.046,85	17.402,18
Total	**26.468,96**	**23.481,72**

Lucros/Prejuízos Acumulados

	2020	2019
Lucros	-	-
(-) Prejuízos	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**

Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia

	2020	2019
Capital Social	2.189,01	2.184,17
Sobras	6.402,64	3.110,64

(-) Perdas	0,00	0,00
Total	**8.591,65**	**5.294,81**

Patrimônio Líquido	**60.274,92**	**58.191,09**

12. Receita Operacional Bruta

	N° de Consumidores		MWh Mil		R$ Mil	
Receita Bruta	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Fornecimento - Faturado	**16.705**	**16.041**	**44.167**	**42.140**	**38.008,83**	**34.224,68**
Residencial	15.307	14.695	28.596	27.268	26.420,73	23.765,91
Industrial	29	29	3.564	3.724	2.486,18	2.241,69
Comercial	660	617	3.816	3.241	3.548,72	3.214,65
Rural	601	595	3.785	3.835	2.778,12	2.482,04
Poder público	96	93	745	989	830,36	944,71
Iluminação pública	5	5	3.401	2.847	1.754,17	1.398,92
Serviço público	7	7	260	236	190,55	176,76
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	**28.803,60**	**25.117,97**
Consumidores Cativos	-	-	-	-	28.803,60	25.117,97
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	**(28.803,60)**	**(25.117,97)**
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(28.803,60)	(25.117,97)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	**221,39**	**92,02**
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-

Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	246,95	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	118,09	112,44
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	78,62	109,80
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	5.246,48	5.181,71
Total	**16.705**	**16.041**	**44.167**	**42.140**	**43.920,36**	**39.720,65**

13. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2020 e 2019, a CERCI não efetuou operação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

	2020	2019
Pessoal	**11.003,36**	**11.161,08**
Remuneração	6.095,74	5.965,02
Encargos	2.638,68	2.623,80
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	220,59	543,75
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	2.048,35	2.028,51
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	-	-
Administradores	**765,38**	**649,95**

Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	765,38	649,95
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	**11.768,74**	**11.811,03**

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	2.517,65	96,09
Ajustes Efeitos IFRS	1.894,51	1.929,44
Lucro Ajustado	**4.412,16**	**2.025,53**
Ajustes Lalur	(4.297,81)	(1.968,66)
Base de Cálculo Fiscal	114,35	56,87
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(27,44)	(18,80)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(27,44)**	**(18,80)**

16. Demonstrações do Resultado do Exercício Segregado por Atividade

Sendo a CERCI uma Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1 Revisão e Reajuste Periódica

Nossa Empresa realizou a assinatura do Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e, neste sentido, em processo de apuração das Tarifas Iniciais, nossa Revisão Tarifária Periódica deverá ocorrer no ano de 2022.

17.2 Reajuste Tarifário Anual

Nossa Empresa realizou a assinatura do Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e, neste sentido, o processo de apuração das Tarifas Iniciais foi publicado pela Resolução Homologatória 2.477 de 18 de setembro de 2018.

Em abril de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

Em abril de 2020 aconteceu o segundo Reajuste Tarifário. O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2020 e 2021, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	70.097,95
(2) Índice de Aproveitamento Integral	
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	4.472,75
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	**65.625,20**
(6) Depreciação Acumulada	27.328,95
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	210,29
(11) Ativo Diferido	
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	**42.979,29**
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	2.625,01
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	**1.620,32**

17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.
A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	3.069,29
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	767,32
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	767,32
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.534,64
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	**41,97**
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	124,08
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	318,48
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	**484,53**

17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Nossa Empresa realizou a assinatura do Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e, neste sentido, o processo de apuração das Tarifas Iniciais foi publicado pela Resolução Homologatória 2.477 de 18 de setembro de 2018.

Em abril de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

Em abril de 2020 aconteceu o segundo Reajuste Tarifário. O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2020 e 2021, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

Descrição	Receita Último IRT R$	Receita Verificada	Revisão	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	**13.755,03**	**16.170,95**	**17.176,80**	**0,99**	**0,17**	**0,44**
1.1. Encargos Setoriais	**1.879,50**	**2.661,74**	**2.739,73**	**0,68**	**(0,02)**	**0,07**
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	87,59	89,63	99,52	2,33%	11,04%	0,26%
CDE	1.462,13	2.191,44	2.334,49	49,88%	6,53%	6,04%
PROINFA	**329,78**	**380,67**	**305,72**	**15,43%**	**-19,69%**	**0,79%**
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ESS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
1.2. Transmissão	**4.292,42**	**5.296,99**	**6.480,21**	**0,23**	**0,22**	**0,17**
Rede Básica	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Rede Básica Fronteira	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Itaipu	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	4.292,42	5.296,99	6.480,21	23,40%	22,34%	16,76%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	7.583,10	8.212,22	7.956,86	0,08	(0,03)	0,21
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	7.583,10	8.212,22	7.956,86	8,30%	-3,11%	20,58%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	19.010,83	19.343,36	21.485,23	0,02	0,11	0,56
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	19.010,83	19.343,36	21.485,23	1,75%	11,07%	55,57%
3. Reposicionamento Econômico	-	-	8,86%	-	-	-
4. Componentes Financeiros	-	-	-0,51%	-	-	-

5. Reposicionamento com Financeiros	-	-	**8,35%**	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-	-	**0,98%**	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	-	-	**10,00%**	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

		2020			2019		
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		**19.047,01**	**-**	**19.047,01**	**13.714,71**	**-**	**13.714,71**
Caixa e equivalentes de caixa		3.083,72	-	3.083,72	867,52	-	867,52
Consumidores	18.1	9.070,31	-	9.070,31	7.545,77	-	7.545,77
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	2,53	-	2,53
Tributos compensáveis		170,05	-	170,05	134,14	-	134,14
Depósitos judiciais e cauções		36,50	-	36,50	36,50	-	36,50
Almoxarifado operacional		396,27	-	396,27	256,16	-	256,16
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		119,39	-	119,39	80,11	-	80,11
Ativos financeiros setoriais	18.2	5.130,50	-	5.130,50	3.936,19	-	3.936,19

Despesas pagas antecipadamente		128,36	-	128,36	134,68	-	134,68
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		911,91	-	911,91	721,11	-	721,11
Ativo não circulante		**55.718,25**	**(29.038,25)**	**26.680,00**	**54.865,44**	**(31.343,99)**	**23.521,45**
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		1,32	-	1,32	0,98	-	0,98
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		495,22	216,93	712,15	461,87	286,06	747,93
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	18.4	55.127,49	(53.049,53)	2.077,96	54.282,39	(52.383,89)	1.898,50
Intangível	18.5	94,22	23.794,35	23.888,57	120,20	20.753,84	20.874,04
Total do ativo		**74.765,26**	**(29.038,25)**	**45.727,01**	**68.580,15**	**(31.343,99)**	**37.236,16**

Passivo							
Passivo circulante		**13.095,52**	**-**	**13.095,52**	**8.985,69**	**-**	**8.985,69**
Fornecedores		2.971,33	-	2.971,33	2.547,17	-	2.547,17
Empréstimos, financiamentos e debêntures		833,54	-	833,54	677,52	-	677,52
Obrigações sociais e trabalhistas		719,77	-	719,77	680,00	-	680,00
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		641,60	-	641,60	590,35	-	590,35
Provisão para litígios		199,45	-	199,45	130,50	-	130,50
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-

Encargos setoriais		622,55	-	622,55	455,57	-	455,57
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		5.724,74	-	5.724,74	2.753,84	-	2.753,84
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		1.382,54	-	1.382,54	1.150,74	-	1.150,74
Passivo não circulante		**1.394,83**	**-**	**1.394,83**	**1.403,38**	**-**	**1.403,38**
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		86,88	-	86,88	141,04	-	141,04
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-		-	-	
Provisão para litígios		130,87	-	130,87	203,36	-	203,36
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-		-	-		-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.177,08	-	1.177,08	1.058,98	-	1.058,98
Total do passivo		**14.490,35**	**-**	**14.490,35**	**10.389,07**	**-**	**10.389,07**

Patrimônio líquido							
Capital social		2.189,01	-	2.189,01	2.184,17	-	2.184,17
Reservas de capital		(3.823,95)	3.823,95	-	(1.929,44)	1.929,44	-
Outros resultados abrangentes		29.038,25	(29.038,25)	-	31.343,99	(31.343,99)	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados				-			-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-

Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		26.468,96	-	26.468,96	23.481,72	-	23.481,72
Sobras à disposição da Assembleia		6.402,64	(3.823,95)	2.578,69	3.110,64	(1.929,44)	1.181,20
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		**60.274,91**	**(29.038,25)**	**31.236,66**	**58.191,08**	**(31.343,99)**	**26.847,09**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**74.765,26**	**(29.038,25)**	**45.727,01**	**68.580,15**	**(31.343,99)**	**37.236,16**

		2020			2019		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		**43.920,35**	**934,37**	**44.854,72**	**39.720,65**	**1.929,02**	**41.649,67**
Fornecimento de energia elétrica		9.426,61	-	9.426,61	9.198,73	-	9.198,73
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		28.803,60	-	28.803,60	25.117,97	-	25.117,97
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		365,04	-	365,04	112,44	-	112,44
Serviços cobráveis		78,62	-	78,62	109,80	-	109,80
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		5.246,48	-	5.246,48	5.181,71	-	5.181,71
Outras receitas vinculadas		-	934,37	934,37	-	1.929,02	1.929,02
Tributos		**(52,56)**	**-**	**(52,56)**	**(38,07)**	**-**	**(38,07)**
ICMS		-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP		(9,36)	-	(9,36)	(6,78)	-	(6,78)
Cofins		(43,20)	-	(43,20)	(31,29)	-	(31,29)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		**(2.482,37)**	**-**	**(2.482,37)**	**(2.546,48)**	**-**	**(2.546,48)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(2.298,34)	-	(2.298,34)	(1.947,31)	-	(1.947,31)

Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(94,32)	-	(94,32)	(88,74)	-	(88,74)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(89,71)	-	(89,71)	(510,43)	-	(510,43)
Receita líquida / Ingresso líquido		**41.385,42**	**934,37**	**42.319,79**	**37.136,10**	**1.929,02**	**39.065,12**
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		**(19.760,55)**	**-**	**(19.760,55)**	**(17.679,24)**	**-**	**(17.679,24)**
Energia elétrica comprada para revenda		(19.436,13)	-	(19.436,13)	(17.315,64)	-	(17.315,64)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(324,42)	-	(324,42)	(363,60)	-	(363,60)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		21.624,87	934,37	22.559,24	19.456,86	1.929,02	21.385,88
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		**(19.669,34)**	**960,14**	**(18.709,20)**	**(19.708,84)**	**0,42**	**(19.708,42)**
Pessoal e administradores (inclui 765,38 de remuneração a administradores)		(11.768,73)	-	(11.768,73)	(11.811,03)	-	(11.811,03)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material		(1.347,34)	-	(1.347,34)	(1.353,65)	-	(1.353,65)
Serviços de terceiros		(2.775,24)	-	(2.775,24)	(2.694,08)	-	(2.694,08)
Arrendamento e aluguéis		(279,56)	-	(279,56)	(267,90)	-	(267,90)
Seguros		(64,74)	-	(64,74)	(79,15)	-	(79,15)
Doações, contribuições e subvenções		(34,52)	-	(34,52)	(32,66)	-	(32,66)
Provisões		(254,47)	-	(254,47)	(484,58)	-	(484,58)
Recuperação de despesas		85,68	-	85,68	88,53	-	88,53
Tributos		(171,03)	-	(171,03)	(152,11)	-	(152,11)
Depreciação e amortização		(2.917,76)	1.894,51	(1.023,25)	(2.847,98)	1.929,44	(918,54)
Gastos diversos da atividade vinculada		(376,86)	(934,37)	(1.311,23)	(427,73)	(1.929,02)	(2.356,75)
Outras Receitas Operacionais		693,02	-	693,02	722,16	-	722,16
Outras Gastos Operacionais		(457,79)	-	(457,79)	(368,66)	-	(368,66)
Resultado da Atividade		**1.955,53**	**1.894,51**	**3.850,04**	**(251,98)**	**1.929,44**	**1.677,46**
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		**562,12**	**-**	**562,12**	**348,07**	**-**	**348,07**

Despesas financeiras		(232,19)	-	(232,19)	(205,12)	-	(205,12)
Receitas financeiras		794,31	-	794,31	553,19	-	553,19
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**2.517,65**	**1.894,51**	**4.412,16**	**96,09**	**1.929,44**	**2.025,53**
Despesa com impostos sobre os lucros		(27,44)	-	(27,44)	(18,80)	-	(18,80)
Resultado líquido das operações em continuidade		**2.490,21**	**1.894,51**	**4.384,72**	**77,29**	**1.929,44**	**2.006,73**
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		**2.490,21**	**1.894,51**	**4.384,72**	**77,29**	**1.929,44**	**2.006,73**
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		1,14	0,87	2,00	0,04	0,88	0,92
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

Nas notas 14.1, 14.2 e 14.3 do balanço patrimonial não ocorreram ajustes entre a contabilidade regulatória e societária nos exercícios de 2019 e 2020. Nas notas 14.4 e 14.5 ocorrem ajustes devido ao ativo imobilizado que na contabilidade societária possui a tratativa de ativo financeiro da concessão e intangível.

18.1 Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3 Ativos Financeiros da Concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do processo de apuração das Tarifas Iniciais publicado pela Resolução Homologatória 2.477 de 18 de setembro de 2018, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do processo de apuração das Tarifas Iniciais publicado pela Resolução Homologatória 2.477 de 18 de setembro de 2018, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houveram ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	2020	2019
Saldos no início (Societário)	**31.236,66**	**26.847,09**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária x regulatória	**29.038,26**	**31.343,99**
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Capital Social	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	51.288,11	52.948,05
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(22.249,85)	(21.604,06)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS		
Lucros ou Prejuízos Acumulados		
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim (Regulatório)	**60.274,92**	**58.191,08**

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

18.9. Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	**4.384,73**	**2.006,72**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária x regulatória	**(1.894,51)**	**(1.929,44)**
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(1.894,51)	(1.929,44)
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	**2.490,22**	**77,28**

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizada no exercício de 2020, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERCI;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERCI;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica; etc.
Em 2019 os efeitos deste decreto já trarão impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

19.2. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2020 a CERCI contabilizou 7,28% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). Durante o ano de 2021, a CERCI continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

20. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrante destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2021 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R$ mil, com 2 casas decimais.

HELON ALVES MARINS
Presidente

LAFAIETE AUGUSTO DA COSTA
Secretário

JEANNE CORREA DE PAULO SANTOS
Contadora
CRC – RJ 100069/O-9

Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2020

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

Os membros do Conselho Fiscal da CERCI — COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS — ITABORAÍ LTDA, abaixo assinado no cumprimento das disposições legais e Estatutárias, assistidos pelo assessor contábil do Conselho Fiscal MARCELO RODRIGUES DE FREITAS, emite o seguinte parecer: de acordo com o Balanço Patrimonial de exercício de 2020, apresentado pela contabilidade verificou-se que há em caixa e equivalente de caixa valores que estão de acordo com limite aprovado pelo Conselho de Administração. O Parecer do Conselho Fiscal tem como base as informações fornecidas pelo Departamento Contábil da CERCI que são eles: Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020; Balancetes de 2020; Demonstração de Sobras e Perdas Ato Cooperativo encerrado em 31/12/2020; Demonstração de Sobras e Perdas Ato Não Cooperativo encerrado em 31/12/2020; Fluxo de Caixa; e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020. O Conselho Fiscal observou que todos os documentos enviados pelos setores financeiro e contábil estão de acordo com as normas estatutárias da CERCI. Assim sendo, recomendamos à Assembleia Geral Ordinária, regularmente convocada para o próximo dia 30 de janeiro do corrente ano, a aprovação das contas.

Papucaia, 15 de janeiro de 2021.

Antonio Theodoro de Almeida
ANTONIO THEODORO DE ALMEIDA

Diogo Felipe Oliveira Brandão
DIOGO FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO

Dilma Costa dos Santos
DILMA COSTA DOS SANTOS

CERCI
DESDE 1969

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

Parecer dos Auditores Independentes

Exercício de 2020

Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras Itaboraí LTDA
Rua Osvaldir Vicente Siqueira – Cachoeiras de Macacu – RJ
Telefone: (21) 2745-9850 Email: sac@cerci.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Srs. Associados e Administradores da
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI
Cachoeiras de Macacu – RJ

Opinião
Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI,** em
31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias
Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos
A **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI,**
elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI,**
com data de 21 de janeiro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias
A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ**
LTDA - CERCI, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS ITABORAÍ LTDA - CERCI,** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 23 de abril de 2021.

HERMENEGILDO JOÃO VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por HERMENEGILDO JOÃO VANONI:29601045953 Dados: 2021.04.27 11:11:43 -03'0

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7"S"RJ